



**CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO (CTIG)**  
**Ata da 57ª reunião, realizada em 24 de outubro de 2017**

1 Em 24 de outubro de 2017, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Técnica de  
2 Instrumentos de Gestão (CTIG) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
3 (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
4 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros  
5 titulares e suplentes: a presidente Irany Maria de Lourdes Braga, do Instituto  
6 Brasileiro de Mineração (Ibram). Representantes dos usuários de recursos  
7 hídricos. Fernando Silva de Paula, da Agência Reguladora de Serviços de  
8 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais  
9 (Arsae); Rander Abrão Tostes, da Companhia Energética de Minas Gerais  
10 (Cemig); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura e Pecuária  
11 do Estado de Minas Gerais (Faemg); Odorico Pereira de Araújo, da Federação  
12 das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Gabriela Bragança Jácome  
13 Queiroz, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel);  
14 Leonardo Guimarães Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes de  
15 entidades da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos. Antônio Giacomini  
16 Ribeiro, da Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro  
17 (Angá); Gustavo Tostes Gazzinelli, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos  
18 Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do  
19 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG);  
20 Carlos Alberto de Freitas, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas  
21 (Abas); Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da  
22 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Assuntos em pauta. 1)**  
23 **ABERTURA.** A presidente Irany Maria de Lourdes Braga declarou aberta a 57ª  
24 reunião da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão. **2) COMUNICADOS**  
25 **DOS CONSELHEIROS.** Não houve manifestações. **3) PROCESSOS**  
26 **ADMINISTRATIVOS DE OUTORGA DE GRANDE PORTE PARA EXAME E**  
27 **DELIBERAÇÃO. 3.1) Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A.**  
28 **Canalização e/ou retificação de curso de água. Conceição do Mato**  
29 **Dentro/MG. Processo de Outorga nº 003962/2017. Apresentação: Suppri.**  
30 Outorga concedida por maioria nos termos dos pareceres técnico e jurídico da  
31 Superintendência de Projetos Prioritários (Suppri), com voto contrário do Fonasc  
32 e abstenções da Arsae, UFMG e Angá, e inclusão de condicionantes. Os  
33 conselheiros representantes da Arsae e da Angá registraram as seguintes  
34 manifestações após a votação. Conselheiro Fernando Silva de Paula:  
35 “Abstenção, sobretudo, em decorrência dessa coisa de a comunidade não ter  
36 sido considerada. Nós temos até o Plano Municipal de Saneamento de

37 Conceição do Mato Dentro, que prevê implantação de ETA para a comunidade.  
38 Eu não sei se isso está contemplado. Então eu prefiro me abster.” Conselheiro  
39 Antônio Giacomini Ribeiro: “Eu não me senti à vontade com qualquer  
40 informação.” **Condicionantes incluídas.** – “Apresentar ao CBH Santo Antônio  
41 os relatórios trimestrais de monitoramento qualitativo e quantitativo do ponto  
42 RSS-03 (a jusante do Dique 2) e os relatórios trimestrais de monitoramento  
43 qualitativo e quantitativo dos pontos VSS-19 (a jusante do dique), VSS-21 e  
44 VSS-22, acompanhados de devidas responsabilidades técnicas, dando ênfase  
45 nos resultados e ações preventivas e/ou corretivas do empreendedor que  
46 podem afetar os esforços de enquadramento dos corpos d’água conforme  
47 estabelecido no PARH Santo Antônio”. Condicionante aprovada por maioria. A  
48 Presidência registrou voto contrário da Fiemg e abstenções da Angá, Fonasc e  
49 Arsae. – “Apresentar, em conjunto com os relatórios citados no item anterior, a  
50 identificação do laboratório responsável pelas análises com comprovação de  
51 certificação junto ao Inmetro ou outro órgão oficial”. Condicionante aprovada por  
52 maioria. A Presidência registrou votos contrários da Fiemg e Ibram e  
53 abstenções da Angá, Arsae e Fonasc. – “Apresentar ao CBH Santo Antônio  
54 relatórios de acompanhamento, com registros fotográficos e ‘as built’ da  
55 construção dos drenos, conforme cronograma estabelecido no item 6 (pág. 20  
56 de 25) das informações complementares encaminhadas à Supram, dando  
57 ênfase nas características do material de constituição do dreno e configuração  
58 geométrica dos mesmos, compatibilizada com o projeto executivo original, não  
59 apresentado neste processo. Prazo: a cada seis meses, durante a execução da  
60 obra.” Condicionante aprovada por maioria. A Presidência registrou votos  
61 contrários da Abas, Faemg, Fiemg e Crea. Registrou ainda seis votos favoráveis  
62 e abstenções da Arsae e Fonasc. – “Efetuar o monitoramento sedimentométrico  
63 a jusante do Dique 3, para verificação do aporte de sedimentos aos corpos  
64 d’água a jusante, semestralmente, após o início da operação dos drenos, com  
65 apresentação dos respectivos relatórios técnicos ao CBH Santo Antônio.  
66 Condicionante aprovada por maioria. A Presidência registrou votos contrários da  
67 Faemg, Fiemg e Ibram e abstenções do Fonasc, Arsae e Angá. As  
68 condicionantes aprovadas constaram no parecer do Ibio e foram propostas  
69 nesta sessão pelo conselheiro Edson de Oliveira Vieira, da UFMG. A  
70 Presidência registrou que essas condicionantes aprovadas deverão ser  
71 executadas após a aprovação da Licença de Operação do empreendimento. A  
72 aprovação desta outorga foi feita por votação em bloco com as Outorgas nºs  
73 003963/2017 e 003964/2017, constantes dos itens 3.2 e 3.2 da pauta. A  
74 Presidência designou o conselheiro Leonardo Guimarães Ribeiro como relator  
75 dos três processos no Plenário do COPAM. **Propostas de condicionantes não**  
76 **acatadas pela CTIG.** – “Apresentar ao CBH Santo Antônio programa e/ou plano  
77 de recuperação/proteção de áreas de vegetação, que possam atender às  
78 necessidades legais de existência de reserva legal, e de áreas de preservação  
79 permanente no empreendimento, no prazo máximo de 60 dias. Caso tal

80 programa já exista no âmbito do licenciamento do empreendimento, devem ser  
81 apresentados os respectivos relatórios de acompanhamento à Câmara,  
82 anualmente.” Essa sugestão de condicionante, que constou do parecer do Ibio,  
83 foi inicialmente proposta pelo conselheiro Edson de Oliveira Vieira. Porém, o  
84 representante da UFMG retirou a proposta após manifestação da Suppri  
85 informando que a Portaria nº 49 estabelece que as condicionantes de outorga  
86 devem ser voltadas apenas à qualidade e à quantidade de água e que outros  
87 assuntos devem ser tratados no âmbito do licenciamento ambiental. –  
88 “Contratação de empresa terceirizada para avaliação do plano de  
89 monitoramento da qualidade e quantidade da água da Anglo American.”  
90 Proposta de condicionante rejeitada pela CTIG por maioria dos votos, com  
91 abstenção do Fonasc. A proposta foi apresentada pelo conselheiro  
92 representante da Angá. **Questão de ordem e pedido de baixa em diligência.**  
93 Antes de ser colocado em votação o pedido de outorga, a CTIG rejeitou, por  
94 maioria, proposta apresentada pelo conselheiro representante do Fonasc,  
95 conforme descrito a seguir. Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu entendo  
96 que a matéria deve ser analisada no seu conjunto e não de forma fragmentada,  
97 isolada. Eu acho que as outorgas dos drenos têm que ser analisadas  
98 juntamente com a outorga do dique, porque uma coisa está se falando para o  
99 dique e outra coisa para os drenos, e que fazem parte de uma única estrutura.”  
100 Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “O que chegou até nós na CTIG foi  
101 um processo sobre esses drenos de fundo. Então nós vamos analisar e  
102 deliberar em cima desses processos que chegaram aqui. A CTIG vai analisar  
103 em cima do que está dentro do processo. Eu vou fazer uma consulta aos  
104 conselheiros para saber: aqueles conselheiros que concordam com o  
105 posicionamento do Gazzinelli de estar solicitando uma análise em conjunto, que  
106 se manifestem. Então o processo vai continuar sendo avaliado aqui como  
107 somente os drenos, porque foi feita uma consulta”. Conselheiro Antônio  
108 Giacomini Ribeiro: “Passando essa solicitação do Gazzinelli, implica em quê?  
109 Pedido de diligencia?” Letícia Ribeiro Pacheco Lages/IGAM: “Pedido de vista,  
110 nesse caso, entraria na hipótese do artigo 41, que fala que se pode sanar uma  
111 dúvida por meio de ou apresentar uma decisão alternativa. No pedido de vista,  
112 você vai sanar alguma dúvida ou apresentar uma decisão alternativa. Na  
113 diligência, vai solicitar alguma informação, alguma providência ou  
114 esclarecimentos sobre a matéria. Seriam essas duas possibilidades, no caso.”  
115 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “O que eu fiz foi uma questão de ordem,  
116 no sentido de que eu acho que não devemos analisar a matéria sem a visão do  
117 conjunto. Obviamente que a consequência disso é fazer uma diligência para  
118 trazer esses outros dados que não constam desses três processos.” Presidente  
119 Irany Maria de Lourdes Braga: “Vamos voltar à questão. Eu estou voltando à  
120 pauta, àquilo que foi solicitado pelo Gazzinelli de estar, então, baixando em  
121 diligência o processo. Eu quero saber: aqueles conselheiros que estão de  
122 acordo com a proposta do Gazzinelli de baixar em diligência que se manifestem.

123 Então, nós vamos proceder a votação, porque tivemos quatro votos a favor de  
124 baixar em diligência e oito votos para seguir o processo. Teve alguma  
125 abstenção, senhores? Não. Então votamos a continuar.” Conselheiro Gustavo  
126 Tostes Gazzinelli: “Presidente, eu solicito que constem em ata os quatro  
127 conselheiros que votaram contra o pedido de diligência.” Presidente Irary Maria  
128 de Lourdes Braga: “Ok. Então que constem em ata: Gazzinelli, Fonasc; Edson,  
129 UFMG; Giacomini, Angá; Fernando, Arsae.” Conselheiro Gustavo Tostes  
130 Gazzinelli: “Eu estou abrindo mão de pedir vista nesta reunião, pois vou fazê-lo  
131 no Plenário, se o Plenário tiver a mesma atitude do grupo aqui de não  
132 reconhecer os problemas que nós apontamos. Peço que conste em ata.”  
133 **Transcrição integral deste item de pauta.** Conselheiro Gustavo Tostes  
134 Gazzinelli: “Presidente, questão de ordem. Antes de começar a discussão,  
135 entrar no ponto da pauta, eu gostaria de saber exatamente em que situação do  
136 Regimento Interno do CRH que essa discussão vai ser feita. Quando eu digo  
137 isso, é o seguinte: hoje não é uma decisão terminativa. Correto?” Presidente  
138 Irary Maria de Lourdes Braga: “Não é. É uma avaliação desta Câmara.”  
139 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Ainda vai para o Plenário, não é?”  
140 Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Correto.” Conselheiro Gustavo  
141 Tostes Gazzinelli: “Então, hoje não cabe pedido de vista?” Presidente Irary  
142 Maria de Lourdes Braga: “Cabe.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli:  
143 “Porque eu estava entendendo que não caberia.” Presidente Irary Maria de  
144 Lourdes Braga: “Sim, cabe.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “E no  
145 Plenário também cabe?” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “No Plenário  
146 também cabe. Se lá algum conselheiro achar que o que a Câmara fez não é  
147 suficiente, como a gente sempre diz, pode pedir vista lá, sim, o Plenário é  
148 soberano para isso.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu estava  
149 achando que, se a matéria fosse tratada sem ser terminativa, não poderia fazer  
150 pedido de vista. Tudo bem, obrigado pelo esclarecimento.” Iara Righi Amaral  
151 Furtado/SEMAD: “Boa tarde a todos, meu nome é Iara, eu sou analista  
152 ambiental da Diretoria de Apoio Técnico e Normativo, participei da equipe de  
153 análise deste processo dando suporte na Supram Jequitinhonha e na Suppri  
154 também. Então, nós vamos tratar agora das outorgas dos drenos de fundo dos  
155 processos 3962, 3963 e 3964/2017. São processos distintos por serem  
156 agrupamentos de cursos d’água diferentes, mas são tratados de forma conjunta,  
157 porque os três são essenciais para uma mesma estrutura, um mesmo projeto de  
158 engenharia, que é a pilha de estéril da requerente, que é a Anglo American. O  
159 município da intervenção é Conceição do Mato Dentro. O modo de uso é  
160 canalização e retificação com finalidade de dreno de fundo da disposição de  
161 estéril. Os cursos d’água que estão sofrendo intervenção são o córrego Vargem  
162 Grande e seus afluentes, nas coordenadas indicadas, e também dois grupos de  
163 efluentes do córrego Bom Sucesso, que vão fazer dois outros grupamentos, que  
164 vão sofrer intervenção para conformação da pilha. Caracterização geral da  
165 intervenção, como eu já falei, são estruturas necessárias para implantação da

166 pilha de estéril para a expansão 2, que vai receber o estéril gerado na lavra das  
167 Cavas Norte e Sul, e outras expansões próximas, também previstas no  
168 processo de licenciamento do Projeto Minas-Rio Mineração. A área total da  
169 pilha de estéril nesse arranjo com esse processo é de 33 hectares, e os drenos  
170 de fundo são requeridos. São 330 hectares. Temos uma vista geral, a área de  
171 expansão da pilha de estéril e a pilha de estéril que existe hoje. Os  
172 agrupamentos que estão separados por processo de outorga são o  
173 agrupamento 1, que são o córrego Vargem Grande e seus afluentes, os  
174 agrupamentos 2 e 3, que são os afluentes do córrego Bom Sucesso, que drena  
175 para o sentido da comunidade de São Sebastião, o Sapo. O Dique 2 já está  
176 construído hoje, em operação, para fazer contenção de sedimentos. O Dique 1,  
177 que está na área do agrupamento 1, vai ser descomissionado para dar espaço  
178 para essa expansão da pilha. E a jusante dos agrupamentos 2 e 3 está o Dique  
179 3, que também está em fase de projeto, com outorga requerida. É uma estrutura  
180 para fazer o controle do sedimento, o controle da qualidade da água, necessário  
181 para fazer o controle da qualidade da água a jusante do dreno. A bacia  
182 hidrográfica que está sofrendo interferência. Ali tem sub-bacias distintas, na  
183 cabeceira do rio do Peixe, a UPGRH Doce 3, córrego Santo Antônio; córrego  
184 Vargem Grande, córrego Bom Sucesso. São córregos que têm reduzidas  
185 vazões, e pequenas capacidades de diluição, por consequência disso. São  
186 cursos d'água estreitos em vales encaixados, em função do relevo característico  
187 da área. Toda essa área de intervenção já é de propriedade da empresa que vai  
188 fazer a intervenção de lavra e pilha, que é o caso da estrutura que dá origem  
189 para esses drenos. A jusante dessa intervenção nas sub-bacias tem  
190 característica de região rural, com características de pequeno consumo,  
191 tratando das pequenas comunidades e dessedentação animal. Temos  
192 topografias da área tiradas do local. Uma área já da pilha de estéril existente,  
193 com a saída de dreno que vai ser interligada no dreno do agrupamento 1. E aí  
194 vai continuar a pilha. A foto 2 é uma vista geral do vale que vai ser ocupado pela  
195 pilha. Embaixo, à esquerda, tem uma vista do Dique 2, que já está construído,  
196 que está a jusante do agrupamento 1. Na última foto, a área do Dique 1, que vai  
197 ser descomissionado para dar espaço à pilha de estéril. O Dique 2 é logo a  
198 jusante da área de controle de sedimentos, que já está construída. As  
199 características desse projeto. São intervenções necessárias para garantir a  
200 estabilidade da pilha de estéril. Como eu já disse, recebe o estéril da mineração  
201 na área. Essa pilha tem uma vida útil estimada de 28 anos. Esse sistema de  
202 drenagem interna dos drenos de fundo está concebido para coletar todas as  
203 contribuições das nascentes de fundo de vale e as descargas também que vão  
204 vir com o material da pilha e sobre a pilha. Elas são necessárias para  
205 concentração do maciço de estéril e a consequente estabilização. O projeto  
206 também tem um sistema de drenagem superficial para evitar erosão. Todos  
207 esses aportes de sedimentos que vão sair dos drenos de fundo da pilha ou  
208 dessas canaletas de drenagem pluvial são direcionados para essas outras

209 estruturas que estão em outros processos de outorga, que são barramentos  
210 menores para controle de sedimentos e melhoria da qualidade da água. Então,  
211 os drenos têm a finalidade de captar toda a água e conduzir a jusante para  
212 garantir a estabilidade da pilha, sem nenhuma intervenção consuntiva. A  
213 descrição das extensões de cada trecho. A ordem de grandeza é de mais ou  
214 menos 6.500 m a extensão total de todos os agrupamentos. O agrupamento  
215 que tem a maior extensão de dreno é o agrupamento 1, que está na área dos  
216 diques já construídos. Os outros dois são afluentes do mesmo curso d'água.  
217 Cada trecho discriminado. Um corte esquemático do tipo do dreno que vai ser  
218 construído nos fundos de vale de cada curso d'água. Uma estrutura para  
219 garantir a permeabilidade e o escoamento nessa área. Tem geometria  
220 trapezoidal, inclinação 1 para 3, enrocamento, com revestimento geotêxtil, para  
221 garantir a finalidade, que é o escoamento dessa água do vale. Uma análise da  
222 disponibilidade hídrica local. Os usos de montante dessas intervenções. Não há  
223 uso outorgado a montante que não seja da própria mineradora. Imediatamente  
224 a jusante desse dreno também não há uso outorgado. A análise da  
225 disponibilidade, não cabe aquela questão do consumo, porque não é uma  
226 intervenção consuntiva, é uma intervenção que altera a morfologia de margens,  
227 mas não altera o consumo da água disponível no local. Também nesse projeto  
228 outras intervenções vão ser necessárias na área, como eu já falei,  
229 descomissionamento do Dique 1 de contenção de sedimentos, mas já está  
230 construído o Dique 2 a jusante, que já está em operação. Terá que ser  
231 implantado um novo dique de contenção de sedimentos a jusante dos  
232 agrupamentos 2 e 3, que está requerido também, que é o Dique 3. Só  
233 aproveitando também, faz parte desse projeto a solicitação, que está em análise  
234 no licenciamento, de outros diques, mas que não são vinculados diretamente à  
235 pilha e, sim, às áreas de lavra. E eles também são pequenos barramentos. O  
236 dique, essencialmente, é necessário para fazer esse controle da qualidade da  
237 água, reter os sedimentos na área. Ele pode ser utilizado para outras  
238 finalidades, mas a necessidade dele como estrutura acessória é para conter  
239 sedimento. Também é necessário o monitoramento da qualidade e quantidade  
240 da água a jusante dos diques para avaliar os impactos dessa intervenção. E  
241 para isso, como esse é um projeto de expansão, o licenciamento já tem uma  
242 série de pontos determinados, nós solicitamos a apresentação dos pontos que  
243 hoje já estão implantados. A área de expansão da pilha de estéril já tem um  
244 monitoramento ali a jusante. Embaixo tem propostas de pontos de  
245 monitoramento tanto de quantidade quanto de qualidade da água. A descrição  
246 desses pontos de monitoramento está no parecer técnico também. A jusante do  
247 dreno do agrupamento 1 tem monitoramento de quantidade e qualidade da  
248 água, que são aqueles códigos de identificação que a empresa usa e apresenta  
249 nos relatórios de monitoramento do licenciamento. O vertedouro, o ponto de  
250 qualidade. Logo a jusante do Dique 3, referente à pilha, tem outros vertedouros  
251 para fazer o monitoramento da quantidade da água. E no entorno da área do

252 empreendimento tem outros pontos de amostra de qualidade da água, que já  
253 são acompanhados no processo de licenciamento. No que se refere à qualidade  
254 da água, esses parâmetros listados são analisados trimestralmente: alumínio,  
255 chumbo, coliformes, cor, DBO, ferro, ferro total, manganês, nitrogênio  
256 amoniacal, óleos e graxas, sólidos dissolvidos, sólidos suspensos, temperatura,  
257 condutividade, turbidez, enfim. A análise técnica dos processos de outorga para  
258 os três processos conclui pelo deferimento do requerimento de outorga,  
259 sabendo que tem que seguir o procedimento determinado da DN CERH  
260 31/2009, e também a portaria de outorga só é publicada após a publicação da  
261 licença à qual ela está vinculada. Basicamente, é isso.” Conselheiro Gustavo  
262 Tostes Gazzinelli: “Eu tenho algumas perguntas para fazer e depois alguns  
263 comentários sobre o processo. Iara, você falou que a pilha terá uma duração de  
264 28 anos. É essa pilha?” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Sim, essa  
265 expansão.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “A partir de quando?” Iara  
266 Righi Amaral Furtado/SEMAD: “A partir da implantação da expansão, ela tem  
267 uma vida útil ainda de 28 anos.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Ou  
268 seja, ela vai até por volta de 2050, algo dessa faixa.” Iara Righi Amaral  
269 Furtado/SEMAD: “Se implantar em 2018, com mais 30...” Conselheiro Gustavo  
270 Tostes Gazzinelli: “Seria 2050, não é isso? Eu queria que você mostrasse para  
271 nós os drenos já existentes, o DP02, o DP03.” Iara Righi Amaral  
272 Furtado/SEMAD: “O que eu coloquei em imagem, o contorno vermelho é a  
273 expansão proposta. Vai ter um alteamento em cima das pilhas que já têm dreno  
274 implantado, que são o contorno verde. Agora, exatamente onde é o DP, eu não  
275 sei de cabeça te mostrar.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Deve ser a  
276 continuação daqueles dois drenos. Eu imagino que seja isso. Me assusta um  
277 pouco o fato de essa pilha de estéril já existente só ter essa quantidade de  
278 dreno.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Não, aqui não estão traçados os  
279 drenos da parte existente, aqui estão traçados os drenos que vão ser  
280 continuados. Essa pilha, os drenos dela já foram objeto de outra análise.”  
281 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Mas eles vão para onde, para que  
282 bacia eles seguem?” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Hoje, eles estão  
283 lançando no Dique 1, que é esse dique que eles falam o tempo todo que vai ser  
284 descomissionado. Essa drenagem direciona os cursos d’água todos para o  
285 Dique 1.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Você está falando dos diques  
286 já existentes.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Sim.” Conselheiro Gustavo  
287 Tostes Gazzinelli: “Mas aonde que eles estão?” Iara Righi Amaral  
288 Furtado/SEMAD: “Essa ponta da drenagem que tem no finalzinho do talvegue  
289 que foi coberto pela fase 1.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “E essas  
290 são as únicas nascentes existentes nesse trecho.” Iara Righi Amaral  
291 Furtado/SEMAD: “Não foram apresentadas, exatamente, todas as nascentes  
292 catalogadas que vão ser. Isso aqui é um vale muito encaixado, com topografia  
293 inclinada, vegetação fechada. Eles detalharam, com o levantamento  
294 topográfico, qual é a área dos cursos de água estimada. Então, fizeram

295 levantamento. Aqui na parte do agrupamento 1 já tem monitoramento,  
296 realmente, dos vertedouros que a empresa tem. Eles têm monitoramento  
297 quantitativo desde que o empreendimento foi implantado. Esses aqui foram a  
298 partir de estudo direto de regionalização hidrológica, a partir também da parte  
299 do estudo do escoamento e da geologia da área, para estimar a vazão.  
300 Realmente, se tiver mais de uma nascente por trecho desse do dreno, ele está  
301 todo coberto. Mas aí há uma diferença, essa nascente é drenada, porque é  
302 exatamente a função dessa estrutura. É uma estrutura drenante porque  
303 acumular essa água ou interromper a saída dela, que ela vai sair em outro  
304 lugar, isso pode comprometer a estrutura da pilha. Então, o objetivo dessa  
305 estrutura é drenar qualquer água que possa estar querendo afluir naquele local  
306 para jusante.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu estou fazendo essas  
307 questões porque, primeiro, não acho que a outorga seja desconectada das  
308 demais outorgas relacionadas a essa estrutura, para dizer o mínimo. Eu até,  
309 nesse sentido, gostaria de saber se vocês têm o PUA e por que o PUA não foi  
310 apresentado.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “O PUA não está apresentado  
311 no Estado até hoje.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Mas existe uma  
312 deliberação normativa.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Estava naquele GT,  
313 que até hoje não foi concluído.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Mas,  
314 veja bem. Eu queria saber qual é a norma que desestabeleceu o que está na  
315 DN 37. Qual foi a norma que disse assim? ‘Essa norma não vale.’” Iara Righi  
316 Amaral Furtado/SEMAD: “Não desestabeleceu, está em construção até hoje.”  
317 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Então, eu acho que tinha que ter o  
318 PUA. Uma coisa é o Conselho Estadual de Recursos Hídricos baixar uma  
319 norma chamada PUA, Plano de Uso de Água, e falar que todas as outorgas na  
320 área de mineração têm que ser feitas mediante apresentação do PUA. Isso é  
321 claro, está na norma, basta qualquer um acessar a norma. Uma vez  
322 estabelecida a norma, se algum acordo de cavalheiros e damas resolveu  
323 suspender ou botar a norma aguardando, mas ela está publicada, então, o certo  
324 é ou o Conselho Estadual ou o secretário de Estado ad referendo do Conselho  
325 etc. falar ‘essa norma não tem validade enquanto uma coisa x, y, z for  
326 estabelecida’. Então, a primeira coisa que eu estou colocando em questão é o  
327 fato de ter havido um acordo de cavalheiros de que essa norma não vale, mas  
328 ela está publicada, para mim, isso não resolve do ponto de vista legal. A não ser  
329 que tenha havido uma orientação formal com a mesma estatura daquela que  
330 estabeleceu a necessidade do PUA. Então, o primeiro ponto que eu queria  
331 colocar e reivindicar é o PUA. O segundo ponto, que me parece também muito  
332 relevante, é que, tanto o parecer da Suppri quanto o parecer do IBio partiram da  
333 hipótese de que o uso não é consuntivo, que esse uso em processo de outorga  
334 não é consuntivo. Nós acabamos de ver aqui, na apresentação da lara e na  
335 questão que eu fiz para ela, que pode haver uma série de nascentes não  
336 contempladas. Deixa eu só concluir. Você pode me chamar atenção na hora  
337 que for esclarecer. Então, o negócio é o seguinte. Se você aterra uma nascente,

338 vai me desculpar, você está eliminando uma surgência de água que poderia  
339 estar contribuindo para determinado córrego. Se ela vai brotar aqui nessa bacia  
340 ou em outra são outros quinhentos. Em primeiro lugar é isso. Em segundo lugar,  
341 outorga não é só para quantidade de água, outorga é para qualidade de água.  
342 Eu não consigo ficar satisfeito com a ideia de que ‘essa outorga não é  
343 consuntiva, então, está bom, não tem problema’. Porque, certamente, esse  
344 processo de licenciamento vai interferir na qualidade do curso d’água. Então, só  
345 para vocês terem uma ideia de como as coisas caminham, eu vou só pegar um  
346 negócio aqui que eu vi ontem e fiquei um pouco estupefato. Na lista de outorgas  
347 do próprio site do Siam aparecem as três outorgas, aparecem todas as  
348 outorgas. Eu cliquei lá. É o seguinte. Só se consegue pesquisar outorga de um  
349 ano para cá. Então, ‘eu quero saber as outorgas de 25 de outubro de 2016 a 20  
350 de outubro de 2017’. Aí, apareceram lá os requerimentos de outorga 3962, 3963  
351 e 3964, que são os que nós estamos analisando aqui hoje. Na última coluna,  
352 que é a que trata da função da outorga, na 3962 está escrito ‘não informado’, na  
353 3963 está escrito ‘disposição de rejeitos’ e na 3964, ‘retenção de sedimentos’.  
354 Ora, eu acho o seguinte, isso pode depois ter mudado, não sei por que razão,  
355 mas eu não consigo achar razoável que estejamos, em primeiro lugar,  
356 analisando essas outorgas desses três drenos ou agrupamentos de drenagem  
357 dissociados, por exemplo, do Dique 3, cujo projeto sequer está pronto, de  
358 acordo com o parecer; e que, de acordo com os mapas apresentados, em  
359 determinadas situações, a barragem de rejeito vai ficar em cima dele. Segundo  
360 o mapa que foi disponibilizado pelo IBio, pela Supram etc. O que me faz  
361 lembrar, certamente, o acidente, o desastre da Samarco, em que aconteceu  
362 isso, sobreposição de uma pilha de estéril sobre uma barragem. Eu não sei qual  
363 é a dimensão do Dique 3, quantos milhões de metros cúbicos.” Iara Righi  
364 Amaral Furtado/SEMAD: “Está no parecer técnico a discussão sobre isso.”  
365 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu não vi.” Iara Righi Amaral  
366 Furtado/SEMAD: “Posso até te falar o item.” Conselheiro Gustavo Tostes  
367 Gazzinelli: “Por fim, o último aspecto. Uma coisa é não ter uso outorgado a  
368 jusante, outra coisa é não ter uso a jusante. No processo de licenciamento da  
369 Anglo American, foi estabelecida uma condicionante de que todos os usos  
370 teriam que estar cadastrados pela empresa. Então, surpreende o fato de que se  
371 diga que não há uso a jusante ou que, pelo fato de não ser outorgado, ele não  
372 tem importância. Que esse uso, teoricamente não consuntivo – de acordo com a  
373 Suppri ou com a empresa –, não vai afetar esses usos a jusante. Isso é uma  
374 informação prestada tanto no parecer da Suppri quanto no do IBio que, a meu  
375 ver, está equivocada.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Foi uma série de  
376 questionamentos, então, se eu esquecer algum, o senhor vai me lembrando. A  
377 respeito do PUA, como ainda não está implementado, não tem parâmetros. Eu  
378 acho que eu não tenho nenhuma resposta para dar sobre isso. Isso é talvez um  
379 tema para uma moção ao Conselho Estadual. Mas hoje ele não é cobrado de  
380 nenhuma empresa, e nós não temos como cobrar, porque não temos

381 parâmetros neste momento. Sobre a questão de aterramento de nascentes, é  
382 uma estrutura que o próprio nome dela fala: é um dreno, não está aterrando,  
383 inclusive, o objetivo dele é não permitir o acúmulo de água naquela região,  
384 porque o acúmulo de água sobre a base da pilha, que é uma estrutura que vai  
385 ter uma altura muito grande, poderia, inclusive, comprometer a estabilidade. É  
386 uma estrutura drenante que vai garantir que toda a água daquela bacia seja  
387 conduzida para o trecho de jusante da estrutura implantada.” Presidente Irany  
388 Maria de Lourdes Braga: “Inclusive, alguma nascente que tenha sido afetada.  
389 Vai drenar toda.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “As nascentes todas dessa  
390 área serão drenadas, todas as nascentes serão drenadas para não permitir o  
391 acúmulo de água sobre a pilha, para não comprometer a estabilidade. A ideia  
392 do projeto é essa, a concepção básica do projeto de dreno de fundo é essa.  
393 Essa questão do Dique 3, ele tem projeto, sim, mas ele tem processo específico  
394 de outorga, assim como todos os drenos aqui, cada um com o seu processo,  
395 por causa do rito da análise. Nós trouxemos todos os drenos porque não tem  
396 como iniciar a construção da pilha sem eles. Inclusive, isso está tudo vinculado  
397 ao processo de licenciamento, precisa dos diques de contenção de sedimentos,  
398 sim. Dique de contenção de sedimento não é barragem de rejeito. Então, se não  
399 for uma estrutura de grande porte – que é o critério que foi usado para todos os  
400 diques, que sempre o IGAM aplica para todos –, não é trazido ao Comitê de  
401 Bacia, porque, como dique de contenção de sedimentos, ele é uma barragem  
402 como tantas outras no Estado que são outorgadas todos os meses, então, ele é  
403 uma estrutura de controle, vai estar ali, essencialmente. O sedimento vai ter um  
404 aporte ali, ele não é para encher o reservatório. Inclusive, eu não sei desses  
405 processos, porque não foi eu quem analisou, mas o Dique 2 tem um programa  
406 de desassoreamento periódico do dique, e esse sedimento que é tirado é  
407 levado para a pilha. Eu creio que esses outros diques também tenham um  
408 controle equivalente.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu posso te fazer  
409 uma pergunta? Nessa linha que ela está respondendo. Então, por exemplo, no  
410 dique não haverá nenhum tipo de reaproveitamento da água.” Iara Righi Amaral  
411 Furtado/SEMAD: “Pode haver, não há nada que impeça. Isso tem que ser  
412 colocado no relatório técnico de outorga e tem que ter uma análise de balanço  
413 hídrico para ver a justificativa do consumo que está sendo requerido. Aí, sim,  
414 pode ter o consumo, e desse consumo vai ter que ser apresentado o balanço  
415 hídrico com a justificativa de uso. No dreno, não. O dreno, especificamente, não  
416 está ligado a consumo, está ligado à mudança de conformação do vale em que  
417 vai ser feita a estrutura.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Que é o  
418 processo de outorga.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Que é esse processo  
419 que está sendo julgado aqui pelo Conselho. Sobre essa questão da  
420 estabilidade, no primeiro momento, quando eu analisei o processo de outorga,  
421 eu fiquei preocupada assim com a figura que mostra a linha d’água dentro da  
422 área da pilha. Isso foi objeto de informação complementar. Foi questionado à  
423 empresa, está no item de dimensionamento hidráulico, logo abaixo do quadro

424 2.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Pode mostrar para nós?” Iara Righi  
425 Amaral Furtado/SEMAD: “Isso está no parecer técnico de outorga.” Conselheiro  
426 Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu gostaria. O pessoal deve estar aqui, porque faz  
427 parte da nossa análise.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Eu posso ler.”  
428 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu gostaria de ver. Tem um mapa?”  
429 Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “O mapa está no processo técnico de  
430 outorga.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Nós estamos apreciando aqui  
431 itens variados do processo de outorga.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD:  
432 “Deixa eu terminar a sua resposta. Já que a resposta inicial não te atendeu, se  
433 você quiser, eu posso ler, página 8. ‘Questionada sobre a interferência do  
434 remanso do Dique 3 em fase de projeto, processo de outorga’... Em fase de  
435 projeto porque não está implantado, está com requerimento apresentado, não  
436 tem Licença de Instalação da expansão nem outorga dessa intervenção. Então,  
437 ele tem projeto. ‘Sobre os drenos dos agrupamentos 2 e 3 da regularização em  
438 tela, o requerente apresentou considerações no item 5 do documento de  
439 protocolo R0170687/2007. Em síntese, o documento informa que tanto a  
440 expansão da pilha quanto a dos diques foram advindas de um mesmo projeto e  
441 que o sistema extravasor do Dique 3 foi concebido de forma conservadora,  
442 considerando eventos extremos com período de recorrência de 10 mil anos’. Ou  
443 seja, que a lâmina d’água indicada na figura do processo de outorga é uma  
444 lâmina d’água para eventos de precipitação com dez mil anos, o que é  
445 geralmente um critério de projeto para grandes barragens, hidrelétricas de  
446 grande porte, não é um evento corriqueiro. Enfim. Em condições normais de  
447 operação, não haverá contato do reservatório do Dique 3 com a saída do dreno  
448 de fundo DP8T4 e com o dreno DP07T3, que são os indicados na figura.  
449 Porque essa barragem nem precisa ser planejada para 10 mil anos do período  
450 de retorno, porque ela é uma barragem de porte médio ou pequeno, não sei. O  
451 projeto considera também a construção de um pequeno dique de enrocamento  
452 entre a saída do dreno DP8T4 e o limite do reservatório do Dique 3, em seu  
453 limiar operacional, tendo por finalidade conter os sedimentos que,  
454 eventualmente, poderiam ser deslocados em momentos de cheias a fim de  
455 preservar o sistema de drenagem em torno da pilha. Informa-se, ainda, que o  
456 projeto geotécnico considerou a situação de cheia extrema apresentando  
457 fatores de segurança superiores ao estabelecido na NBR 13029 e que os  
458 impactos da acumulação de água sobre o lançamento da vazão dos drenos do  
459 agrupamento 3, em caso de ocorrência de chuva extrema, foram verificados e  
460 identificados a fim de garantir a segurança de operação da pilha.” Conselheiro  
461 Edson de Oliveira Vieira: “Você disse que o agrupamento 3 é responsável pela  
462 drenagem?” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “O agrupamento 3 drena para o  
463 Dique 3. Em uma outra figura, que tem a lâmina de cheia dele, a lâmina d’água  
464 vem dentro da pilha. Isso me preocupou muito na análise do processo de  
465 outorga. Eu pedi esclarecimentos à empresa, que apresentou justificativa. Isso  
466 foi considerado, sim, no projeto de segurança. O dique, em condições extremas,

467 10 mil anos de período de retorno. Mesmo assim, o risco de retorno de algum  
468 sedimento acumulado que pudesse causar algum dano ao dreno, eles  
469 colocaram sistema de enrocamento na saída do dreno que contém essa onda  
470 de sedimento que pudesse trazer na época de chuva. Essa proximidade da  
471 água está analisada no estudo de estabilidade. Qualquer sedimento que vai  
472 dessa operação vai estar contido no Dique 2, que já está implantado.”  
473 Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “O Dique 3 é que ainda vai ser?” Iara  
474 Righi Amaral Furtado/SEMAD: “O Dique 3 ainda está em processo de outorga,  
475 na avaliação dessa expansão. Esse aqui foi avaliado junto com essa expansão,  
476 porque também drena essa outra parte da pilha de estéril.” Conselheiro Edson  
477 de Oliveira Vieira: “Nesse material, no parecer do IBio, no parecer da CTOC e  
478 no seu parecer, eu tive algumas dúvidas e queria que você pudesse saná-las. A  
479 primeira delas é com relação ao parecer. O parecerista fala que não teve  
480 acesso aos projetos executivos. A que tipo de projeto ele não teve acesso?  
481 Esse é o parecerista do IBio. Página 3.” Presidente Irary Maria de Lourdes  
482 Braga: “Ele está falando do processo da pilha em si, não é isso?” Conselheiro  
483 Edson de Oliveira Vieira: “Não, dos drenos. Ele fala dos drenos. ‘Não foram  
484 apresentados projetos executivos dos drenos existentes’.” Iara Righi Amaral  
485 Furtado/SEMAD: “O processo de outorga apresentou a concepção geral da  
486 intervenção em recurso hídrico. Não tem o detalhamento. Quando a gente  
487 pensa no projeto executivo de engenharia, ele tem itens que fogem ao escopo  
488 do processo de outorga, a parte estrutural. Isso foge do escopo do processo de  
489 outorga. Aqui nós temos a concepção, o dimensionamento hidráulico. Não sei  
490 se é isso que ele estava querendo.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Ele  
491 tem acesso ao relatório técnico e traz um resumo.” Iara Righi Amaral  
492 Furtado/SEMAD: “Ele tem a parte do dimensionamento hidráulico, a parte da  
493 concepção da construção do dreno. Tem a figura da seção do dreno, as  
494 camadas drenantes, o tipo de material que vai ser usado e o objetivo. Porque  
495 não é do escopo do processo de outorga fazer uma análise do projeto de  
496 engenharia completo do dreno.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Na  
497 página 4, dos estudos hidrológicos, eu vejo que tanto no parecer dele quanto no  
498 seu não tem muita informação quantitativa, dados de precipitação, vazão, o que  
499 vai ser gerado nessa bacia de acumulação.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD:  
500 “Tem as vazões, de projeto. No quadro 2 tem as capacidades do dreno. No  
501 processo de outorga, eu transcrevi a metodologia que foi apresentada no  
502 relatório técnico. As tabelas de quantitativos de vazão estão no relatório técnico  
503 do empreendimento. Aqui eu só transcrevi a vazão de projeto e a metodologia.”  
504 Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Isso é um processo histórico de  
505 precipitação, dessa bacia de acumulação. Eu queria uma estimativa do volume  
506 que possa ser.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “A única que tem série  
507 histórica do local – e é uma série histórica relativa – é a área do Dique 1, a área  
508 onde a empresa já tem manutenção. Tanto que eles usaram metodologias  
509 diferentes. E na área do agrupamento 1, onde tem o Dique 1. E na área dos

510 agrupamentos 2 e 3 eles usaram só métodos indiretos porque são cursos  
511 d'água muito pequenos, não tem estação fluviométrica. E tem os dados de  
512 geologia da área.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Então, não tinha  
513 medições já existentes de vazão?” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Tem  
514 algumas medições em que eles usaram o parâmetro, que está no relatório  
515 técnico, da área do Dique 1, que é o agrupamento 1. Da área dos outros  
516 agrupamentos eles usaram método direto, a partir de dados de precipitação.”  
517 Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Outra coisa é o que o Gustavo colocou  
518 aqui com relação a distritos a jusante. Parece que tem um distrito, São  
519 Sebastião, bem próximo.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Na verdade, o  
520 que acontece? Na outorga, e quando olhamos a Resolução do CERH 16, temos  
521 até essa questão de quem tem o direito de uso. São usos requisitados, então,  
522 quem tem o direito de uso assegurado. Apesar de que consumo humano e  
523 dessedentação animal são usos prioritários, então, as pessoas têm esse direito  
524 garantido. Quando falamos de usos outorgados, é quem buscou a  
525 regularização, quem pediu uma outorga, quem pediu cadastro de uso  
526 insignificante. Hoje, o cadastro de uso insignificante é mais fácil, via on-line, não  
527 precisa nem de ir à Supram.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Só falta o  
528 governo dar publicidade.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Mas existe. Não  
529 tem os usos requeridos. Não entramos no mérito dos usos não requeridos  
530 porque nós estamos tratando de uma estrutura de uso consuntivo, não estamos  
531 tratando, neste processo de outorga, de consumo de água direta, porque essa  
532 estrutura, o objetivo dela é permitir o escoamento total da vazão da área a  
533 jusante. Essa manutenção da vazão a jusante vai ser observada, sim, e está  
534 sendo questionada, sim, nos processos dos diques. O uso da empresa tem que  
535 ser discutido no momento do consumo, quando se faz uma intervenção que  
536 consome água.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Mas considerando as  
537 potencialidades de uso. Apesar de não estarmos falando aqui de uso  
538 consuntivo, tem a questão de água. E para os usos prioritários isso não é  
539 pensado neste processo?” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Como eu  
540 comentei, tem que ter o dique porque vai passar fino pelo dreno. Assim como a  
541 água, vai passar finos. Esses finos são retidos nos diques de contenção de  
542 sedimentos, para que a água a jusante do dique tenha qualidade adequada. E  
543 lá onde já pegam alguns monitoramentos de qualidade da água. Se tiver algum  
544 que não é monitorado, podem ser pedidos novos pontos de monitoramento no  
545 respectivo processo.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Só para poder  
546 lembrar o seguinte. A linha parece muito tênue entre outorga e licenciamento  
547 ambiental, mas a questão dos diques, a qualidade de água, com certeza, está  
548 sendo muito bem analisada dentro do âmbito do licenciamento dessa estrutura.”  
549 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Você supõe que está, não é?”  
550 Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Com certeza. E aqui o processo que  
551 nós estamos trabalhando é da outorga de um dreno para permitir o escoamento  
552 de água e não comprometer a estrutura da pilha. É isso. A estrutura da pilha,

553 em si, é que traz o potencial de estar contaminando a água, não é o dreno de  
554 fundo.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Poderia colocar, por exemplo, uma  
555 condicionante da outorga de dreno. ‘Implantar um dique de contenção de  
556 sedimentos.’ Mas colocar essa condicionante de implantar um dique de  
557 contenção de sedimentos se eu já sei que o dique está sendo requerido? Eu  
558 não coloquei essa condicionante porque eu achei que era redundante, mas, se  
559 acharem que a condicionante é necessária, não prejudica.” Conselheiro Edson  
560 de Oliveira Vieira: “É difícil analisar.” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga:  
561 “É por isso que eu falo, a linha é muito tênue. Eu entendo, mas, na realidade,  
562 essa junção vai acontecer lá no processo do licenciamento ambiental. É deles  
563 essa competência, porque nós estamos falando que o potencial de estar  
564 contaminado a água é a estrutura da pilha, não é o dreno de fundo. E nós  
565 estamos aqui outorgando o dreno.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Mesmo  
566 que na saída do dreno tenha o sedimento.” Presidente Irary Maria de Lourdes  
567 Braga: “Só vai ter o sedimento por causa da pilha, não é por causa do dreno.”  
568 Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Não, mas é consequência.” Conselheiro  
569 Gustavo Tostes Gazzinelli: “Está separando o dreno da estrutura.” Iara Righi  
570 Amaral Furtado/SEMAD: “A linha de raciocínio que eu acho que é a mais  
571 simples é o seguinte fato: a saída do dreno pode, sim, ter sedimentos. Vai ter  
572 finos. Pode, não, vai ter. Da forma que já temos dreno implantado, nós temos  
573 finos que rolaram pelo dreno. Mas qual é o controle que é feito para esse fino?  
574 O dique de contenção de sedimentos. Qual seria a condicionante natural?  
575 Implantar dique de contenção de sedimentos. Por que essa condicionante não  
576 foi proposta no parecer técnico? Porque eu sei que o dique já está requerido.”  
577 Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Ok. Então, deixa eu finalizar essa  
578 questão das condicionantes aqui. Tanto no relatório da CETOC quanto nos  
579 pareceres técnicos é colocado que há necessidade de se avaliar a viabilidade  
580 de condicionantes, principalmente no que se refere à questão de qualidade  
581 dessa água. E aí, se tem dique ou não, eu acho que tem que ser feita uma  
582 análise sobre isso aqui. E aí, no seu parecer, são suprimidas as condicionantes.  
583 Por quê?” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Está discutido no parecer.  
584 Porque já é sabido que tem os diques de contenção de sedimentos requeridos,  
585 então, eu não julguei necessário condicionar a implantação de uma estrutura  
586 que já está requerida. Eu não tenho objeção se o Conselho achar que é uma  
587 condicionante que vai ser necessária. Porque é uma condicionante vinculada à  
588 qualidade da água que está dentre as condicionantes possíveis, daquelas  
589 listadas na DN 49. Mas eu não julguei necessário. Mas pode ser colocado.”  
590 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “É só você que julga, nesse caso, Iara?”  
591 Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Eu sou responsável pela elaboração do  
592 parecer técnico, então, no caso, eu fiz, essas condicionantes foram avaliadas  
593 pelo superintendente e pelo diretor técnico da Supram Jequitinhonha. E  
594 também, não de forma profunda, mas teve uma análise de contexto pelo  
595 superintendente da Suppri. O parecer foi considerado. Eu julguei que aquela

596 condicionante era desnecessária pelo fato de que eu sei que a estrutura está  
597 requerida. Mas não teria prejuízo se ela fosse condicionada: 'Implantar dique de  
598 contenção de sedimentos na saída do dreno.' O monitoramento da qualidade da  
599 água..." Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: "É questão de um parecer por  
600 uma empresa certificada." Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: "O monitoramento  
601 de qualidade da água foi questionado, e tem o mapa que eu mostrei na  
602 apresentação. Ele já é realizado nos trechos de jusante da intervenção. Já tem  
603 monitoramento da qualidade da água em vários pontos. São aqueles pontinhos  
604 verdes que estão identificados lá. Então, já é realizado." Conselheiro Edson de  
605 Oliveira Vieira: "E esse monitoramento é feito por uma empresa?" Iara Righi  
606 Amaral Furtado/SEMAD: "É automonitoramento. Tem que ser feito. Por isso tem  
607 aquela DN de certificação que os laboratórios de monitoramento têm que  
608 seguir." Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: "Tem que ser acreditado pela  
609 17025." Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: "Eu acho que algumas dessas  
610 condicionantes poderiam vir no processo, no parecer." Presidente Irary Maria  
611 de Lourdes Braga: "Conselheiro, se você achar isso interessante, você sugere a  
612 inclusão das condicionantes que estavam no parecer técnico." Conselheiro  
613 Edson de Oliveira Vieira: "Do IBio, e também acho que bate com o da CTOC."  
614 Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: "E da CTOC. Ok. Fica registrado."  
615 Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: "Não temos acesso ao ambiente  
616 técnico, e seria muito interessante conhecer como esse aterro, essa pilha, é  
617 construído, realmente; as características do material, granulometria, taxa de  
618 compactação; e também para ver coeficiente de permeabilidade, índices de  
619 vazios. E aí ver a dinâmica de infiltração. Porque o próprio terreno de natureza  
620 diferente. Se está analisando o talvegue, o próprio terreno natural orientaria  
621 essa água para o eixo de drenagem natural. Mas, sem conhecer essa relação  
622 de quantidade de chuva que precipita, da infiltração, inclusive também para  
623 saber em que medida existe um impacto dessa chuva, principalmente nos  
624 taludes, para ver a questão de medidas em relação a erosão. Eu acredito que  
625 isso esteja no projeto técnico. Nós não temos acesso. Você analisou isso?" Iara  
626 Righi Amaral Furtado/SEMAD: "Eles vão fazer estruturas. A informação dos  
627 drenos está detalhada, tem a conformação naquela foto. Das que já estão  
628 implantadas." Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: "Na sua avaliação, isso  
629 está bem?" Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: "Aparentemente, está dentro do  
630 padrão. Eles apresentaram projeto atestado por um responsável que fez essa  
631 análise de estabilidade, que não é escopo da análise da outorga essa questão  
632 da estabilidade da pilha." Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: "Porque, às  
633 vezes, quando se faz essa separação de falar 'essa linha tênue' entre  
634 licenciamento e outorga, é aquela história, você não sabe direito quem está  
635 mexendo, 'se é o cachorro que está mexendo o rabo ou o rabo que está  
636 mexendo o cachorro'." Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: "De qualquer forma, é  
637 requerido que eles apresentem o responsável técnico habilitado no Crea,  
638 Anotação de Responsabilidade Técnica, os procedimentos previstos nas

639 normas da ABNT. Não entraram no mérito da análise de disponibilidade. No  
640 caso, no processo de outorga.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Tem a  
641 questão de eventos extremos, como a pilha vai se comportar. Pode se  
642 liquefazer e haver impacto nas águas, obviamente. Então, eu acho que não dá  
643 para esquecer. A questão do dique me causou também assim. Quando você  
644 fala em uso não consuntivo, ao mesmo tempo você fala que vai ter um dique  
645 para segurar os finos dos sedimentos, é porque a qualidade da água vai ser  
646 alterada pelo empreendimento.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Pode ser,  
647 vai ocorrer...” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Água para uso da  
648 empresa. O pretexto para construir é assegurar a qualidade da água ou vai ter  
649 uso da água.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Isso foi requerido. Não há  
650 prejuízo desse requerimento desde que apresente um balanço hídrico  
651 adequado.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “A qualidade da água vai ser  
652 afetada, e também vão ser afetadas as populações que estão a jusante, se essa  
653 qualidade da água for modificada.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “O dique  
654 é projetado para permitir a sedimentação desses finos antes.” Presidente Irary  
655 Maria de Lourdes Braga: “E não deixar que o ‘se’ aconteça.” Conselheiro  
656 Antônio Giacomini Ribeiro: “Vai construir alguma coisa. Então, ao mesmo tempo  
657 – a nossa colega Irary foi bem enfática nisso –, a outorga é do dreno, e o dreno  
658 está no interior de uma pilha de rejeito, que não está ali de graça, está a serviço  
659 de um empreendimento maior, que está inserido em uma comunidade, em duas  
660 cabeceiras de bacia, e que tem gente morando no entorno. Agora, até que  
661 ponto é válido defender a ideia de que o projeto só pode ser visto e analisado  
662 por dentro? Quer dizer, é um projeto, tecnicamente, muito legal, bem-feitinho,  
663 bem calculado, com ART, mas a parte do dreno. Mas aqui nós somos pessoas  
664 que estamos no Conselho para justamente avaliar o empreendimento de uma  
665 maneira mais ampla. Tem toda a tecnologia ali, mas qual é o efeito dessa  
666 tecnologia no momento em que ela é colocada no ambiente social e no  
667 ambiente também econômico, claro, e também no próprio ambiente ambiental.  
668 Nós temos que analisar tudo isso, nós temos a responsabilidade de analisar. Se  
669 falar de tecnologia, tem tecnologia mais evoluída do que a bomba atômica? Não  
670 é só por isso que vamos usar, só porque é bem-feitinho, é tecnológico. Não  
671 justifica. Então, tem que ter uma justificativa, e essa justificativa é econômica, é  
672 social. ‘Está dando emprego, está gerando renda etc.’ Mas também está  
673 impactando. Então, nós temos que ver isso tudo. Está impactando o quê? Água.  
674 Por isso que eu insisto que essa linha não é tênue, não existe linha, existe uma  
675 realidade. Por isso ficamos insistindo em determinados aspectos do projeto,  
676 que, internamente, não tem sentido, porque nada existe isolado no mundo,  
677 existe toda uma sinergia ao redor do seu entorno. Eu não tenho sugestão. As  
678 sugestões que eu tinha o conselheiro Edson as fez, em relação aos  
679 monitoramentos, a essas condicionantes. Eu reforço o que o colega colocou.  
680 Mas alerta aos conselheiros, colegas, de que não podemos ficar presos nessa  
681 linha tênue, nossa responsabilidade é muito maior. Porque amanhã,

682 infelizmente, as coisas podem acontecer, ‘olha, passou por lá’, e todos nós  
683 analisamos e aprovamos. E aí? ‘Mas vocês não perceberam que poderia  
684 acontecer alguma coisa?’ ‘Percebemos, mas a lei não deixa a gente fazer,  
685 porque nós só estamos analisando o dreno’. Nós estamos só alertando nossos  
686 colegas. Não estou falando de um caso específico, os estudos da parte  
687 hidráulica e dimensionamento estão bem-feitos, ótimo. Espero que estejam  
688 certo, porque não tivemos acesso ao estudo. Mas é preciso se preocupar com  
689 isso.” Conselheiro Leonardo Guimarães Ribeiro: “Eu acho que vale a pena  
690 pontuar que realmente há uma necessidade de uma avaliação holística  
691 ambiental. Isso é previsto desde a Política Nacional de Meio Ambiente, que fala  
692 de vários instrumentos de gestão ambiental, dentre os quais apenas o  
693 licenciamento ambiental é utilizado hoje. Então, falta Avaliação Ambiental  
694 Estratégica, falta Zoneamento Ecológico-Econômico. Eu concordo, mas acho  
695 que aqui não é o foco para isso. O questionamento que fala sobre quantidade e  
696 qualidade de água, que eu concordo com o que o Gazzinelli fala, que tem que  
697 ser avaliado, nós temos que pensar no âmbito do empreendimento hoje, sim,  
698 porque é esse que está sendo avaliado aqui. E todo empreendimento vai gerar  
699 aspectos e impactos ambientais. Então, aspectos e impactos ambientais, dentro  
700 dos preceitos da ISO 14000, aspecto é causa, e impacto é consequência.  
701 Naturalmente, dentro do processo natural que nós temos, em termos  
702 geológicos, sedimentológicos, há uma modificação da paisagem da bacia  
703 hidrográfica. Enfim, um empreendimento minerário promove, realmente, essa  
704 modificação da paisagem e expõe o solo a metais, no caso da região, e a  
705 problemas de turbidez da água. Um aspecto é expor o solo, e o impacto pode  
706 ser o quê? Sedimentação exacerbada do rio. Para isso, são previstos controles  
707 ambientais, diques para controlar ou mitigar os aspectos ambientais. Está  
708 previsto. Como eu avalio se meu controle ambiental está adequado? Por meio  
709 de monitoramento, que também está previsto. Ou seja, é isso que nós temos  
710 que saber. Dentro do empreendimento, na hora que for colocado o dique, há  
711 uma alteração na qualidade e na quantidade de água? Eu entendo que, pelo  
712 parecer, não. Os processos e todo o controle de monitoramento existem lá. O  
713 dreno é uma estrutura importante, não só em termos ambientais, mas de  
714 segurança. Obviamente, eu não vou reter água, pelo menos naquele momento.  
715 Ali, realmente, o empreendimento quer liberar a água para que evite o colapso  
716 do dreno. Eu acho que isso é um ponto importante, sim. O Gazzinelli falou do  
717 PUA. Realmente, nós tivemos muitas reuniões do PUA. Foram estabelecidos  
718 apenas critérios gerais processuais de quando ele deveria ser estabelecido,  
719 quando deveria ser renovado e tudo. Criou-se um grupo técnico para  
720 estabelecer critérios, um termo de referência do que deveria ser o PUA. E a  
721 ideia é que, exatamente, dentro de um processo de licenciamento minerário, o  
722 PUA previsse todos os usos, outorgas e modificações necessárias durante a  
723 vida útil do empreendimento. Pela dinâmica. Toda hora voltar isso para o  
724 Comitê? Não. Seria um momento único no qual o Comitê de Bacia Hidrográfica

725 avaliaria isso, obviamente, dentro de um Plano Diretor consolidado, porque isso  
726 nos daria muito mais estrutura para definir qualquer processo de alteração de  
727 água em qualidade e quantidade, e não pontualmente. Aí, sim, nós temos que  
728 bater e reforçar a questão dos Planos Diretores, como, inclusive, está no  
729 parecer do Fonasc. Eu acho que não podemos, obviamente, incorrer que, pela  
730 crise institucional que nós temos no país inteiro, não só no órgão ambiental, e  
731 pela falta de controle de fiscalização, como o Gazzinelli falou, e os controles de  
732 monitoramento... Pelo menos na indústria são auditados.” Conselheiro Gustavo  
733 Tostes Gazzinelli: “Depois da Samarco, essa conversa toda acabou.”  
734 Conselheiro Leonardo Guimarães Ribeiro: “Então, vamos discutir outro ponto  
735 que não seja a questão da discussão da Samarco. Eu acho que aqui a questão  
736 da estabilidade da pilha é uma linha tênue, sim. Eu não acredito que cabe a  
737 nós, pelo conhecimento técnico de emitir uma ART, emitir responsabilidade. Eu  
738 acho que nós temos que identificar, dentro do que nos foi apresentado, se há  
739 alteração e se isso vai impactar, sim ou não, os usuários a jusante. Eu acho que  
740 a análise tem que ser restrita, mas cabe a menção de que isso seja avaliado, e  
741 o Estado está trabalhando com isso, talvez não da forma como gostaríamos,  
742 mas foi criado um grupo para isso.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli:  
743 “Qual grupo?” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “O grupo técnico do  
744 PUA.” Conselheiro Leonardo Guimarães Ribeiro: “Não, o do PUA foi criado, e  
745 acabou a validade. O grupo que foi criado foi da questão das barragens, para  
746 definir responsabilidades entre IGAM, SEMAD, DNPM, CPRM. Enfim, eu  
747 acredito que nós temos que focar a nossa análise, ou seja, o que o  
748 empreendimento está alterando em termos de qualidade e quantidade e qual é  
749 o interesse dessa estrutura dentro de uma visão do empreendimento e qual é a  
750 importância dela em termos também não só ambientais, como de segurança até  
751 dos próprios usuários das comunidades a jusante. Eu acho que é isso que tem  
752 que ser avaliado aqui.” Conselheiro Fernando Silva de Paula: “Eu tenho  
753 algumas colocações para fazer que eu acho que estão muito em linha com  
754 essas que já foram feitas pelos conselheiros que falaram até então. Eu percebo  
755 que não é exclusividade minha essa preocupação com alterações que,  
756 eventualmente, possam ocorrer depois da implementação do empreendimento,  
757 em relação à quantidade, não, mas, principalmente, a qualidade da água para a  
758 comunidade de jusante, dada a proximidade dessa comunidade. Eu me refiro a  
759 São Sebastião do Bom Sucesso, a comunidade que está bem próxima ali.  
760 Tendo em vista a magnitude do empreendimento. Aquele espelho que foi  
761 colocado, de 330 hectares, em uma conta rápida aqui, dá mais de 460  
762 Mineirões, estádios de futebol. Então, quando falamos que um dique vai conter  
763 sedimentos finos, essa magnitude não está tão clara para nós, não  
764 conseguimos perceber o que é que isso, eventualmente, poderia ocasionar para  
765 os usuários a jusante, haja vista que eles não são usuários que estão  
766 cadastrados, não têm autorização, outorga, para o uso daquela água. Então,  
767 nos estudos que se façam necessários, muitas vezes, isso nem é considerado.

768 Aquele uso, por não estar cadastrado, no balanço que se faz é que, muitas  
769 vezes, nem é considerado. Então, isso tem me chamado bastante atenção.  
770 Aquilo que, eventualmente, possa decorrer de aumento de turbidez, isso muitas  
771 vezes pode inviabilizar uma solução que se aplica para aquela captação de  
772 água bruta que tem um tratamento que é mais rudimentar e que, certamente,  
773 sofreria um impacto muito maior, dada a turbidez um pouco maior ou,  
774 eventualmente, algum assoreamento local, já esperado mesmo pelo  
775 empreendedor, mas que nós, eventualmente, não estamos considerando,  
776 olhando para essa comunidade que está nessa proximidade tão grande. Então,  
777 essas questões eu acho que acabam levando algum desconforto também  
778 dentro dessa ótica que nós vemos, que tem elementos que são mais rigorosos.  
779 Como, por exemplo, o PUA. Eu não o conheço, sei que não está vigente, mas  
780 não tenho dúvida...” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Está vigente, sim.”  
781 Conselheiro Fernando Silva de Paula: “Esses elementos que constam nesse  
782 PUA são mais restritivos. Então, o que, eventualmente, precisaria ser  
783 considerado aqui para permitir que isso fosse analisado? Por exemplo, quando  
784 você fala que, eventualmente, seria redundante estabelecer condicionantes  
785 para o deferimento daquele pedido de outorga, eu já vejo do outro lado. Eu vejo  
786 que talvez, se não colocarmos algumas condicionantes, mesmo que, ao olhar  
787 de alguns, poderia parecer redundantes, a ausência daquilo poderia levar a  
788 algum comprometimento do uso de jusante que se prevê para aquela área.” Iara  
789 Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Tudo bem, como eu falei, não tem objeção,  
790 porque o dreno está previsto, está citado neste processo. A redundância é por  
791 isso.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Fernando, você pode sugerir  
792 colocar no momento em que você achar interessante. Tranquilo.” Iara Righi  
793 Amaral Furtado/SEMAD: “É uma condicionante que começa cumprida, porque já  
794 está requerida, que é o primeiro passo, e depois é só garantir a sua execução.”  
795 Conselheiro Fernando Silva de Paula: “Tudo bem. O que eu quero dizer é que,  
796 muitas vezes também, outras questões específicas que podem se mostrar  
797 necessárias, dadas as particularidades daquela localidade, para os usos da  
798 água naquela comunidade de São Sebastião do Bom Sucesso, aquilo, por  
799 vezes, não é percebido por nós. Então, essas coisas muitas vezes seriam  
800 necessárias de serem consideradas para se poder, eventualmente, estabelecer  
801 que o monitoramento da qualidade da água e da quantidade também devesse  
802 ser feito de uma forma mais intensa, de forma a resguardar aquele uso que é  
803 prioritário.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Só para eu saber: é um  
804 monitoramento que está antecedendo a própria estrutura.” Iara Righi Amaral  
805 Furtado/SEMAD: “Desde a implantação da primeira etapa já começaram alguns  
806 monitoramentos de quantidade. Então, na medida em que vão expandindo as  
807 estruturas, vão colocando mais pontos de monitoramento de quantidade e  
808 qualidade.” Conselheiro Fernando Silva de Paula: “A colocação que foi feita eu  
809 acho muito interessante, porque, naturalmente, na bacia nós temos a conversão  
810 das águas.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Só que a pilha é uma estrutura

811 permeável e vai filtrar. Vai passar pela pilha e sair no dreno, que tem essa  
812 análise dos dados que compõem o perfil dele. No entorno do dreno, tem  
813 canaleta de drenagem.” Conselheiro Fernando Silva de Paula: “Não  
814 conhecemos tão bem, mas imaginamos que deve ser feito com bastante  
815 qualidade. Mas são mais preocupantes quando consideramos elementos que  
816 não foram ainda levados em consideração como, por exemplo, os usos não  
817 outorgados de água naquela comunidade.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD:  
818 “Os usos não outorgados não foram levantados por quê? Porque, no primeiro  
819 momento, não temos o registro disso para avaliar a quantidade. Muito também  
820 vai ser avaliado, com o andar do processo de licenciamento, o impacto social,  
821 mas essa estrutura não interfere no consumo da água, na quantidade da água.  
822 Ela não consome. O que ela tem de interferência principal na qualidade da  
823 água? Sedimentos. E o dique é a estrutura que é colocada para a própria  
824 melhoria da qualidade da água. Tanto que a própria empresa já requer também  
825 o uso, ela requer para usar na unidade industrial dela a água. O uso é  
826 associado com a construção da barragem.” Conselheiro Fernando Silva de  
827 Paula: “Pontualmente, até esse material fino é bastante passível de levar um  
828 assoreamento pontual, local.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Como eu  
829 falei, no Dique 2 o que acontece? A empresa já está operando, e eles  
830 propuseram, para garantir até a capacidade de regularização do barramento,  
831 limpeza periódica desse sedimento. Na medida em que for fazendo o  
832 preenchimento do lago, eles fazem a dragagem e lançam esse material de volta  
833 na pilha. Eu sei que a reunião do Conselho pode se prolongar, mas eu vou pedir  
834 desculpa porque, às 16h, eu tenho um compromisso pessoal e preciso sair.”  
835 Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Eu queria perguntar para ela. Quando  
836 tem uma comunidade que se abastece na região, ela se abaste das águas dos  
837 rios contribuintes?” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Não tem captação para  
838 abastecimento da comunidade, muitos ainda usam poço de cisterna. Isso não  
839 está detalhado, e eu não consigo detalhar, neste momento, porque não foi o  
840 escopo deste processo.” Conselheiro Fernando Silva de Paula: “Eu queria  
841 chamar atenção porque é necessário avaliar todos os usos.” Iara Righi Amaral  
842 Furtado/SEMAD: “Tem que fazer esse levantamento no trecho de jusante. Mas  
843 é o que eu estou falando: não entrou no mérito.” Conselheiro Antônio Giacomini  
844 Ribeiro: “Ainda na característica técnica do maciço, da pilha, influenciando na  
845 questão do escoamento do próprio dreno. Se está previsto que vai sair material  
846 fino do resultado final, significa que algum outro material um pouquinho maior  
847 vai ficando. Vocês têm noção da vida útil do dreno? Porque essa pilha vai ficar  
848 lá ad eterno, e o material foi disposto. Por exemplo, a fonte de material é difusa  
849 ou é concentrada? São 330 hectares, 200 m de altura. Ela dá 660 milhões m<sup>3</sup>.  
850 Se calculamos 10% de vazios, pode ter até mais, mas vamos ser  
851 conservadores. São 60 milhões m<sup>3</sup>, muita água. Agora, a eficiência desse dreno  
852 é para quanto tempo? Se o dreno deixar de ser eficiente, essa água vai  
853 acumulando e vai, efetivamente, pesando, e o processo de liquefação é um

854 processo natural, isso está na natureza. Escorregamento de morro na serra do  
855 Mar, por exemplo, é isso que acontece, liquefação do material por saturação  
856 excessiva, gravidade da água. Tem os cálculos da vida útil dos drenos, da  
857 possibilidade de esses finos trazerem isso?” Presidente Irany Maria de Lourdes  
858 Braga: “O empreendedor pode esclarecer, sim, se houver condição para isso,  
859 mas tem que ficar claro que essa sua dúvida está dentro do processo ambiental,  
860 que é aquela estrutura que garante a estabilidade da pilha.” Luciano Pohl/Anglo  
861 American: “Conselheiro Antônio, primeiro esclarecimento: o dreno de fundo não  
862 recebe finos, os finos não entram dentro do dreno. É muito importante ter essa  
863 clareza. Por quê? O que é o dreno de fundo? A função dele é captar essas  
864 surgências. O meio dele são rochas de maior dimensão, com maior  
865 permeabilidade, e aí tem uma transição, como se fosse um filtro invertido, até o  
866 contato com o material estéril de mina. O dimensionamento da seção interna é  
867 para garantir a vazão. Um outro critério é o dimensionamento do filtro invertido,  
868 que é para evitar que solo da pilha de estéril entre dentro do dreno. Então, o  
869 dreno não é uma estrutura de captação de finos e transporte de finos. Quando  
870 falamos de finos sendo carregados – e para isso existe um dique a jusante –,  
871 são finos resultantes do processo de escoamento superficial, então, chuva, toda  
872 essa parte de escoamento superficial. A chuva vai para o dreno, mas não  
873 carrega finos. Pela granulometria dos materiais. A dimensão dos grãos. Tem  
874 toda uma teoria de mobilidade e de granulometria de sedimentos. Sempre o  
875 mais grosso segura o mais fino, tem limites para que esse fino não passe. Por  
876 exemplo, se for colocar uma areia direto em contato com uma rocha de grandes  
877 dimensões, obviamente, essa areia passa, por isso tem as camadas de  
878 transição. O segundo aspecto importante quando falamos de finos é de onde  
879 vêm esses finos. Esses finos vêm dos processos erosivos. Chuva vira  
880 escoamento superficial, que, nas bancadas e canais periféricos, é escoado.  
881 Mas, até que se estabeleça uma cobertura vegetal, no início da vida de uma  
882 pilha de estéril, tem um pouco de transporte de sedimentos, e esses sedimentos  
883 são transportados do talvegue para jusante. E para isso, então, existe a  
884 estrutura de contenção de sedimentos, que são os diques. Eu sei que não é o  
885 objeto da discussão aqui – os diques estão no escopo do licenciamento –, mas,  
886 só para tirar essa dúvida e já esclarecer: o dimensionamento de um dique de  
887 contenção de sedimentos, como o próprio nome diz, é feito justamente com  
888 base em parâmetros de referência de qual é a produção de sedimentos em um  
889 determinado contexto de uma determinada bacia que tem uma ação antrópica.  
890 Em função disso, se dimensiona o reservatório para que tenha capacidade de  
891 receber esses sedimentos, filtrar essa água e devolver a jusante, sem turbidez.  
892 Então, isso é tudo dimensionado no escopo da estrutura de controle ambiental,  
893 que são os diques. O dreno não é uma estrutura de controle de finos, é uma  
894 estrutura de captação de água, de formação de pilha, para garantir a  
895 estabilidade da pilha e garantir que essa água seja liberada a jusante.”  
896 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Primeiro, eu acho o seguinte. Depois

897 eu vou discutir o PUA. O que me parece esquizofrênico, para dizer o mínimo, é  
898 que esse processo não era para estar aqui. Em primeiro lugar, esse processo  
899 era para ter sido resolvido lá no CBH. Não conseguiu resolver ou o Estado  
900 achou por bem não permitir que o CBH resolvesse, veio para cá. Então, vamos  
901 separar as coisas. A partir da hora que chegou aqui, a bola está conosco e não  
902 tem esse negócio 'isso aqui quem manda é o Meio Ambiente, nós aqui só  
903 vamos botar um carimbo'. Vai me desculpar, eu não aceito isso. Inclusive, o  
904 princípio do PUA é muito claro. Se o Estado não está executando o PUA e não  
905 fez nenhuma regra, com o mesmo status da DN, para paralisá-lo, isso é outro  
906 problema. Eu não sei se é improbidade administrativa, incompetência,  
907 irresponsabilidade. Eu não sei o que é. Isso é outro problema. Agora, a questão  
908 que me parece, de fato, esquizofrênica é nós aqui botarmos um carimbo em três  
909 grupamentos de drenos de forma totalmente separada da questão do dique.  
910 Olha só, está dizendo que o dreno não é uso consuntivo, mas a estrutura deles  
911 e da pilha de estéril está associada a um dique em relação ao qual o  
912 empreendedor poderá, a qualquer momento, fazer uso da água. Aí, deixou de  
913 ser consuntivo? Ou seja, no dia em que o empreendedor falar 'eu vou fazer  
914 reuso dessa água aqui', passou a ser consuntivo. Nós estamos aqui no  
915 processo de criar um fato consumado a título de 'está tudo muito bem-feito, a  
916 empresa fez tudo direitinho, seguiu as normas etc.' E vai botar isso como  
917 condicionante? Você, por exemplo, apontou a sua preocupação sobre aquele  
918 aspecto." Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: "Sim, e já foi respondido."  
919 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: "Já responderam?" Iara Righi Amaral  
920 Furtado/SEMAD: "Sim, está no parecer." Conselheiro Gustavo Tostes  
921 Gazzinelli: "Eu não vi a resposta." Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: "Eu li a  
922 resposta." Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: "Eu não vi uma resposta que  
923 me satisfizesse. Dizer que disse, para mim, não resolve. Eu gostaria de saber  
924 assim: para onde que eles vão afastar a barragem do dique para que isso não  
925 aconteça. Essa que é a resposta, o resto é embromação. Com todo respeito. A  
926 não ser que vocês não façam o que não fizeram, que era ter nos passado todas  
927 essas respostas de forma adequada para analisarmos. Alguns aqui podem não  
928 ser tão competentes, mas tem alguns que são. Então, eu acho que a questão  
929 da outorga dissociada do dique eu discordo. Não acho que isso é questão de  
930 condicionante." Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: "Não tem como fazer no  
931 mesmo processo." Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: "Tem, sim, basta  
932 juntar tudo e trazer para nós tudo junto. Agora, você querer que a gente bata um  
933 carimbo aqui, 'aprova aqui o dreno que depois o resto a gente resolve'. E, aí,  
934 licencia a pilha de estéril e vai assim, é assim que o Estado opera, é assim que  
935 essas empresas operam. Vai fazer uma coisa aqui, e nós vamos batendo o  
936 carimbo como se não fosse nada. Amanhã, acontece uma desgraça, e, aí, pode  
937 falar, 'não é barragem de rejeito, é dique'. Olha, o da Herculano foi dique, o da  
938 Mineração Rio Verde era dique. Está certo? Então, esse negócio de ser dique  
939 ou não ser dique, é barragem, a ruptura que tiver vai arrebentar quem estiver

940 embaixo. Esses diques aí, ou barragens, entre aspas, que arrebentaram, da Rio  
941 Verde e da Herculano, eram menos de 1,5 milhão de m<sup>3</sup>. Cada um deles matou.  
942 Um matou cinco, o outro matou três, e um está desaparecido até hoje. E tem  
943 outros que são diques também. Então, eu acho que não dá para trazer isso para  
944 cá, para o CERH, sem essas informações e de forma fragmentada. 'Ah, não,  
945 nós temos que licenciar a pilha de estéril, tem que entrar na CMI no dia tal, tem  
946 que aprovar, e o dique fica para depois'. Não é assim. Eu acho que aqui nós  
947 temos uma responsabilidade, e, a partir desse tipo de responsabilidade que  
948 temos, que as coisas vão se consolidando, inclusive aquelas que podem vir a  
949 causar futuros problemas. E nós todos estamos assinando embaixo. Por quê? O  
950 que a Suppri diz no relatório dela? 'Nós não temos responsabilidade técnica  
951 sobre isso, isso e aquilo'. Então, para quem está vindo a responsabilidade? A  
952 nossa é política, porque nós é que estamos ajudando a tomar decisão. Então,  
953 eu não posso, realmente, concordar que, por uma decisão de procedimento  
954 interno, se resolveu separar o dique dos drenos e da pilha de estéril. Não dá  
955 para concordar com isso. Vamos fazer não é holística, porque teria que pegar o  
956 empreendimento inteiro, a expansão do empreendimento inteiro, que sequer  
957 está bem-dita. O que está se falando é pilha de estéril Norte. Pilha de estéril Sul  
958 ou pilha de estéril Central vai vir na próxima? E, aí, nós vamos assinando  
959 embaixo. 'Ah, não, foi tudo feito de acordo com as normas'. Paciência. Eu acho  
960 que nós já estamos em uma época, tanto o Estado quanto a empresa quanto  
961 nós, conselheiros, de pularmos essa etapa, pararmos de fingir que está tudo  
962 bem como se estivesse tudo bem. É um dos casos que têm mais conflitos  
963 sociais no Estado, da mineradora Anglo American. Às vezes, quando eu falo  
964 com pessoas da área de mineração, inclusive de corporações da área de  
965 mineração, quando vai falar de Anglo American, os caras até arrepiam. Eu até  
966 arrepio. Então, é uma empresa que não tem credibilidade para falar 'fizemos  
967 tudo de acordo com as normas', e nós aqui batendo carimbo. Quer que façamos  
968 uma análise bacana, trazem as coisas do jeito que devem ser, traz o conjunto  
969 das coisas para fazermos uma avaliação correta, do ponto de vista do recurso  
970 hídrico, dos impactos no recurso hídrico. Agora, querer que a gente aqui aprove  
971 o dreno, aí, já licenciou a pilha de estéril, vai vir o dique. É consequência. 'Olha  
972 o investimento que nós já fizemos, a mão de obra que nós já gastamos'. Passa,  
973 não tem um juiz que segura um processo desse. Então, eu acho que isso aqui é  
974 mais sério do que está me parecendo até agora para os colegas, pelas  
975 colocações deles. Não é questão de condicionante, gente, isso é questão do  
976 procedimento. Por exemplo, a questão do PUA, eu acho que a CTIL tem que  
977 ser consultada. Porque não é porque o Estado resolveu falar assim: 'Ignora  
978 essa deliberação normativa'. Olha o que diz o PUA, artigo 4º. E vocês vão me  
979 falar o que precisa de parâmetros para fazer isso aqui. 'O Plano de Utilização de  
980 Água (PUA) é o documento que considera o empreendimento, na sua  
981 totalidade, descrevendo, no mínimo, os usos de recursos hídricos não  
982 consuntivos e consuntivos; as estruturas destinadas à captação de água e ao

983 lançamento de efluentes com seus respectivos volumes de captação ou de  
984 diluição; as finalidades de uso e o manejo da água no empreendimento; seu  
985 balanço hídrico e suas variações de disponibilidade hídrica geradas pelo  
986 empreendimento na área de influência direta; os planos de monitoramento de  
987 quantidade e qualidade hídrica; as medidas de mitigação de eventuais impactos  
988 hidrológicos e as especificidades relativas ao sistema de rebaixamento do nível  
989 de água'. Gente, vai me desculpar, para isso aqui não tem que ter tanto  
990 parâmetro, isso toda hora as empresas estão passando para nós. Agora, o que  
991 não dá é para nós aqui ignorarmos a motivação que se levou para criar essa DN  
992 com requisito básico para aprovarmos um projeto desse. Porque os impactos  
993 são enormes, e é por isso que se deu uma dimensão mais realista e menos  
994 temporal. 'Hoje é isso, amanhã é aquilo'. É desse jeito. Então, sinceramente, eu  
995 não acho que, da forma como está colocado, nós deveríamos aprovar. Eu não  
996 acho. Uma vez que veio para cá, não deveríamos aprovar isso, pela simples  
997 razão de que não está dando a dimensão do que é isso. Esse dreno não é uma  
998 coisa isolada, ele faz parte de uma estrutura, que, vamos falar assim, no  
999 mínimo, começa com a pilha de estéril e acaba no primeiro ou no segundo  
1000 dique. Porque eu não sei se vai ter que ter um depois do primeiro. Pode ser que  
1001 haja até essa necessidade. Isso aqui não está configurado como processo para  
1002 vir para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e nós darmos um carimbo  
1003 em drenos de forma isolada, sem avaliar as consequências do conjunto da  
1004 obra." Conselheiro Rander Abrão Tostes: "Gazzinelli, qual é o seu receio?  
1005 Porque cabe a nós avaliarmos o que chega para nós. Eu não entendo muito da  
1006 questão da mineração, mas tendo a acompanhar o parecer da Supram e da  
1007 Suppri, no caso aqui. Qual é o seu receio nesse caso?" Conselheiro Gustavo  
1008 Tostes Gazzinelli: "Receio eu tenho vários, agora o que eu acho incorreto da  
1009 nossa parte, como conselheiros, é aprovar outorga de três agrupamentos de  
1010 drenos sem considerar o conjunto da obra, que são os agrupamentos de drenos  
1011 e o dique ou diques. Eu acho que deveríamos aprovar esse conjunto. Porque,  
1012 por exemplo, a lara falou 'não tem uso consuntivo, mas o dique poderá ter uso  
1013 consuntivo'. Então, de que adiantou? 'Ah, não, mas o dique não consome água,  
1014 só passa água por ele'. Por favor, gente, nós não estamos medindo o que a  
1015 empresa está fazendo." Conselheiro Rander Abrão Tostes: "Mas isso, com  
1016 certeza, será, obviamente, analisado em outro momento." Conselheiro Gustavo  
1017 Tostes Gazzinelli: "Eu acho que o momento é este aqui. Já que veio para cá, é  
1018 aqui." Conselheiro Rander Abrão Tostes: "Como você levantou a Samarco,  
1019 obviamente que a Samarco não queria isso que aconteceu, ela está quebrada,  
1020 eu imagino. Eu conversei com o Thiago, que está até aqui, companheiro lá do  
1021 Comitê do Santo Antônio. Como eu te falei que não entendo, eu falei 'Thiago,  
1022 me explica, eu entendo pouco'. Ele me explicou. Do ponto de vista olhando pelo  
1023 empreendedor, eu acho que é óbvio. Eu trabalho na Cemig, e claro que nós  
1024 temos que pensar no custo-benefício. Mas é claro também que, pensando no  
1025 caso da Samarco, eu acho que eles estão avaliando, até de forma um pouco

1026 além, o passado, até para não incorrer nisso. Hoje, o setor minerário virou  
1027 vidraça, o que já foi o setor elétrico em determinado momento. Tudo bem, tem  
1028 algumas coisas que você acha que está na dúvida, mas você acha que não  
1029 daria para avaliarmos?” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu acho que  
1030 nós temos que avaliar o conjunto. Por exemplo, foi dito aqui que não existe  
1031 consumo a jusante.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Não existe consumo  
1032 outorgado a jusante.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Está certo, não  
1033 existe consumo outorgado a jusante. Agora, existe uma condicionante do  
1034 empreendimento que estabelece que isso tinha que ser tudo cadastrado pela  
1035 empresa. Eu, por exemplo, estou com dois relatos aqui de dois moradores a  
1036 jusante que relatam os usos deles, famílias. Um com família de dez pessoas,  
1037 que usa água para consumo animal, plantas, galinhas, porco, horta. É uso de  
1038 água não outorgado. E o outro usa para criação de peixe, gado, plantas, no  
1039 córrego do Cipó, outro nome que se dá a um dos afluentes.” Iara Righi Amaral  
1040 Furtado/SEMAD: “Só para concluir, a respeito do PUA, novamente, não tem  
1041 termo de referência, como a própria norma do PUA estabelece que tem que ser.  
1042 Foi feito um Grupo de Trabalho, e não se chegou a um consenso. Não é uma  
1043 coisa simples porque, inclusive, substitui todas as portarias de outorga isoladas.  
1044 Sobre a análise dos processos, novamente, eles estão sendo analisados  
1045 conforme o rito aplicado no Estado, por isso estão sendo analisados processo a  
1046 processo. Foram trazidos de uma vez todos os drenos dessa estrutura, que são  
1047 todos já enquadrados de grande porte, para serem avaliados conjuntamente, e  
1048 as estruturas de diques podem ser condicionadas e serão avaliadas com as  
1049 outorgas respectivas. Inclusive, tendo consumo, o balanço hídrico será avaliado,  
1050 nunca é permitida a restrição de 100% da vazão de jusante. Se tiverem outros  
1051 usos relevantes que possam ser colocados nesse processo, provavelmente  
1052 serão considerados. Inclusive, no balanço hídrico dessa barragem, o consumo  
1053 que tiver sido feito pela empresa, para ela solicitar o consumo de toda a  
1054 disponibilidade, tem que ter uma justificativa, que deve ser avaliada, e isso  
1055 provavelmente não vai consumir todo o...” Conselheiro Gustavo Tostes  
1056 Gazzinelli: “Provavelmente.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Eu falo  
1057 ‘provavelmente’ porque não estou tratando da análise desses processos. São  
1058 processos, como eu disse, com análise específica. Eu estou falando que isso é  
1059 tem para análise desse processo. Esse rito pode ser questionado, mas têm que  
1060 ser criados procedimentos em termo de referência, e não é uma coisa que  
1061 esteja pronta. Não é que simplesmente foi ignorada, que está pronta e que o  
1062 Sistema não quis. O mérito do processo está posto. Eu gostaria novamente de  
1063 pedir desculpa pela necessidade da minha ausência. Se tem alguma dúvida  
1064 específica quanto ao dreno de fundo que não foi sanada, pode ser questionado  
1065 também, há pessoas que podem responder isso.” Conselheira Ana Paula  
1066 Bicalho de Mello: “Eu queria perguntar ao Luciano. A empresa fez um cadastro  
1067 dos usos a jusante? A outra pergunta com relação ao agrupamento 1, que já  
1068 funciona e já tem monitoramento. Qual é até agora o resultado obtido em

1069 termos de quantidade e qualidade de água?” Felipe Werneck/Anglo American:  
1070 “Respondendo a sua primeira pergunta, sim, nós temos uma condicionante de  
1071 monitorar os usuários dispersos tanto a leste quanto a oeste da Serra do Sapo.  
1072 Nós temos mapeado, sim. Para vocês terem uma ideia, na bacia do córrego  
1073 Bom Sucesso, a jusante de onde vai ser construído o Dique 3, tem 99 usuários  
1074 dispersos já cadastrados. Até uma preocupação do conselheiro Fernando com  
1075 relação ao abastecimento da comunidade chamada comunidade do Sapo, onde  
1076 a Anglo American construiu uma estação de tratamento de água e opera essa  
1077 estação, fornece água para todos os moradores dessa comunidade. A fonte de  
1078 água para essa estação de tratamento de água são duas fontes. Uma fonte é  
1079 um poço dentro da área da Anglo American. E uma captação superficial na  
1080 Serra do Sapo. E nós fornecemos água com qualidade e com quantidade para  
1081 essa comunidade. Respondendo a sua outra pergunta, com relação...”  
1082 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “É envolvido caminhão-pipa?” Felipe  
1083 Werneck/Anglo American: “Não. Não tem uso de caminhão-pipa na comunidade  
1084 do Sapo. Respondendo sua outra pergunta, onde vai ser construído o  
1085 agrupamento 1, hoje já operam os outros drenos da pilha existente, o Dique 1 e  
1086 o Dique 2. Desde que o Dique 1 foi construído, nós fazemos o monitoramento  
1087 da água que sai a jusante, nós temos todos os resultados com quantidade e  
1088 qualidade atendendo ao que é esperado pela norma. Não tivemos nenhum  
1089 problema, nenhuma reclamação com relação a quantidade nem qualidade de  
1090 água a jusante do Dique 2. Toda essa experiência que tivemos, tanto do  
1091 período de obras de construção do Dique 2 quanto da operação dele, dá  
1092 bastante conforto para garantir que o que estamos planejando para o Dique 3  
1093 nós vamos conseguir realizar.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu  
1094 gostaria que fosse fornecido para nós esse estudo que vocês fizeram, esse que  
1095 indica que existem 99 usuários dispersos.” Felipe Werneck/Anglo American:  
1096 “Isso está tudo protocolado no processo.” Conselheiro Gustavo Tostes  
1097 Gazzinelli: “Mas eu gostaria que fosse informado para nós. A condicionante 37  
1098 da LI, fase 2. Razão pela qual muito me estranha o parecer falar que não tem  
1099 usuários outorgados, como se isso fosse tão relevante assim e os outros 99 não  
1100 são.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Terminaram as ponderações?  
1101 Então, vamos colocar o processo em votação. Vamos votar primeiro o processo  
1102 de outorga dos três processos e depois votamos as condicionantes. Pode ser?”  
1103 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Então, quer dizer que a senhora  
1104 discorda de solicitarmos a proposta da outorga vinculada à estrutura da qual  
1105 fazem parte os drenos. Eu divirjo dessa ideia.” Presidente Irany Maria de  
1106 Lourdes Braga: “Eu não entendi como se você estivesse fazendo uma proposta.  
1107 É uma proposta de quê?” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu entendo  
1108 que a matéria deve ser analisada no seu conjunto e não de forma fragmentada,  
1109 isolada. Eu acho que as outorgas dos drenos têm que ser analisadas  
1110 juntamente com a outorga do dique. Porque uma coisa está se falando para o  
1111 dique, e outra coisa, para os drenos, e eles fazem parte de uma única

1112 estrutura.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Entendi. Então, Gazzinelli,  
1113 o negócio é o seguinte. O que chegou até nós, CTIG, foi o processo sobre a  
1114 canalização, sobre esses drenos de fundo. Então, nós vamos analisar e  
1115 deliberar aqui em cima desses processos que chegaram aqui.” Conselheiro  
1116 Gustavo Tostes Gazzinelli: “Ou seja, você discorda de a CTIG exercer certa  
1117 proatividade.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Não é discordar, a  
1118 CTIG vai analisar em cima do que está aqui dentro do processo para podermos  
1119 avaliar. Eu pergunto. Eu vou fazer uma consulta aos conselheiros, como eu  
1120 sempre fiz, para saber: aqueles conselheiros que concordam com o  
1121 posicionamento do Gazzinelli de estar solicitando uma análise em conjunto que  
1122 se manifestem.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Eu tenho uma  
1123 solicitação de esclarecimento.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Você  
1124 está se manifestando. Então, o processo vai continuar sendo avaliado aqui  
1125 como somente os drenos, porque foi feita uma consulta, e houve somente...”  
1126 Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Eu não estava em condições de  
1127 responder a sua questão e solicitei esse esclarecimento. E você me atropelou.”  
1128 Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Que esclarecimento? Você vai fazer  
1129 uma solicitação de esclarecimento. Eu estava no meio de um processo de  
1130 votação.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Eu pedi antes.” Presidente  
1131 Irany Maria de Lourdes Braga: “Então, peça o seu esclarecimento.” Conselheiro  
1132 Antônio Giacomini Ribeiro: “Passando essa solicitação do Gazzinelli, implica em  
1133 quê? Pedido de diligência?” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Não. Se  
1134 ele achar que as informações que estão no processo precisam ser melhor  
1135 esclarecidas, não é diligência.” Letícia Ribeiro Pacheco Lages/IGAM: “Pedido de  
1136 vista, nesse caso, entraria na hipótese do artigo 41, que fala que você pode  
1137 sanar uma dúvida por meio de ou apresentar uma decisão alternativa, que é o  
1138 que eu estou entendendo, você quer apresentar uma proposta.” Conselheiro  
1139 Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu não estou pedindo vista.” Letícia Ribeiro  
1140 Pacheco Lages/IGAM: “Eu estou esclarecendo. Pedido de vista, você vai sanar  
1141 alguma dúvida ou apresentar uma decisão alternativa. Diligência, você vai  
1142 solicitar alguma informação, alguma providência ou algum esclarecimento sobre  
1143 a matéria. Seriam essas duas possibilidades, no caso.” Conselheiro Gustavo  
1144 Tostes Gazzinelli: “O que eu fiz foi uma questão de ordem, no sentido de que eu  
1145 acho que nós não devemos analisar a matéria sem a visão do conjunto.  
1146 Obviamente que a consequência disso é fazer uma diligência para trazer esses  
1147 outros dados, que não constam desses três processos aí.” Letícia Ribeiro  
1148 Pacheco Lages/IGAM: “Sobre a forma de encaminhamento do processo. Aí,  
1149 cabe como uma questão de ordem. Dentro dessa dúvida dele sobre o  
1150 encaminhamento, ele está pedindo complementação por meio de uma  
1151 diligência, para ter esclarecimento de como se daria, realmente, o processo.”  
1152 Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Não seria um pedido de vista?”  
1153 Letícia Ribeiro Pacheco Lages/IGAM: “Não. É diferente. Porque ele quer  
1154 solicitar informações e esclarecimentos específicos sobre o procedimento.”

1155 Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Na realidade, eu vou ter que te  
1156 esclarecer, conselheiro, que o pedido de baixar em diligência até era uma  
1157 dúvida que eu tinha. Porque, no CERH, é uma prerrogativa do presidente e aqui  
1158 não é. Aqui é do Conselho. E isso que o senhor está solicitando, baixa em  
1159 diligência, eu vou colocar em votação.” Fabiana Vita/Anglo American: “Pela  
1160 ordem, por favor. Isso que está sendo colocado. Desculpa. Fabiana. Eu sou do  
1161 jurídico da Anglo American. Existe uma legislação, este Conselho deve seguir a  
1162 lei.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu quero fazer uma questão de  
1163 ordem da questão de ordem da companheira. Na reunião passada, presidente,  
1164 vocês negaram questão de ordem a uma colega nossa que tentou, no meio da  
1165 reunião, fazer questão de ordem.” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga:  
1166 “Mas aqui ela está inscrita.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Vocês  
1167 falaram que ela não podia fazer questão de ordem.” Presidente Irary Maria de  
1168 Lourdes Braga: “Ela não estava inscrita.” Conselheiro Gustavo Tostes  
1169 Gazzinelli: “Vocês falaram que ela não podia fazer questão de ordem porque  
1170 estava no meio da discussão. Ou seguimos aqui uma coerência de  
1171 procedimento. Não é deixando a companheira da Anglo American falar o que  
1172 quiser.” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Eu estou voltando à pauta,  
1173 àquilo que foi solicitado pelo Gazzinelli de estar, então, baixando em diligência o  
1174 processo. Eu quero saber: aqueles conselheiros que estão de acordo com a  
1175 proposta do Gazzinelli de baixar em diligência que se manifestem. Então, nós  
1176 vamos proceder a votação, porque tivemos quatro votos a favor de baixar em  
1177 diligência e um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito votos a seguir o  
1178 processo. Teve alguma abstenção, senhores. Não. Então, são oito votos.  
1179 Votamos para continuar.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu solicito  
1180 que constem em ata os quatro conselheiros que votaram contra o pedido de  
1181 diligência.” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Então, que conste em  
1182 ata, nós vamos falar: Gazzinelli, Fonasc; Edson, UFMG; Giacomini; e Fernando,  
1183 da Arsa. Seguindo o processo. Então, agora, nós vamos colocar em votação o  
1184 processo de outorga da Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A.  
1185 Canalização e/ou retificação de curso de água. Conceição do Mato Dentro/MG.  
1186 Processos de outorga 3962/2017, 3963/2017 e 3964/2017.” Conselheiro  
1187 Gustavo Tostes Gazzinelli: “Presidente, eu poderia solicitar vista, mas estou  
1188 abrindo mão de pedir vista nesta reunião, pois vou fazê-lo no Plenário, se o  
1189 Plenário tiver a mesma atitude do grupo aqui de não reconhecer os problemas  
1190 que nós apontamos. Peço que conste em ata.” Presidente Irary Maria de  
1191 Lourdes Braga: “Então, quem for a favor deste processo de outorga que  
1192 permaneça como está. Quem for a favor desses três processos de outorga,  
1193 3962, 3963 e 3964/2017 da Anglo American, que permaneça como está. Então,  
1194 esse processo de outorga foi aprovado, com quatro votos contrários. Desculpa.  
1195 Quais votos contrários, por favor? Fonasc. E abstenção?” Conselheiro Fernando  
1196 Silva de Paula: “Abstenção, sobretudo, em decorrência dessa coisa de a  
1197 comunidade não ter sido considerada. Nós temos até o Plano Municipal de

1198 Saneamento de Conceição do Mato Dentro, que prevê implantação de ETA para  
 1199 a comunidade. Eu não sei se isso está contemplado. Então eu prefiro me  
 1200 abster.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Ok. Edson, Giacomini.”  
 1201 Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Eu não me senti à vontade com  
 1202 qualquer informação.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Vamos voltar  
 1203 à questão. Agora, com as outorgas concedidas, nós vamos votar pela inclusão  
 1204 das condicionantes, conforme sugerido pelo Edson. Quais são as  
 1205 condicionantes?” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Eu acho que é o  
 1206 mínimo que a empresa poderia fazer nesse processo, já que foi apresentado  
 1207 que não teria dificuldade em analisar, seria o que está constante no parecer do  
 1208 IBio.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Então, vamos colocar em  
 1209 votação a inclusão das condicionantes tal e qual estão no parecer do IBio. Para  
 1210 os três processos vão ser as mesmas condicionantes.” Letícia Ribeiro Pacheco  
 1211 Lages/IGAM: “Uma observação relacionada às condicionantes, porque tem dois  
 1212 pareceres, da Câmara Técnica e do IBio. Porque na Câmara eles sugeriram  
 1213 algumas alterações nas condicionantes.” Presidente Irany Maria de Lourdes  
 1214 Braga: “Ele quer as do IBio. Antes de fazer a leitura, eu só gostaria de eleger o  
 1215 Leonardo como nosso interlocutor na apresentação para o CERH. Vamos ler,  
 1216 então, as condicionantes?” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Primeiro.  
 1217 ‘Instalar, operar e manter em funcionamento pluviômetro e pluviógrafo (estações  
 1218 automáticas com transmissão remota) na área da PDE Norte, para  
 1219 monitoramento de dados da região, de forma a se comparar, quando viável, os  
 1220 dados resultantes do monitoramento desse local com os dados utilizados na  
 1221 modelagem dos cálculos hidrológicos com fins de validação desse último por  
 1222 meio de relatórios técnicos. Apresentar à CTOC do CBH Santo Antônio os  
 1223 relatórios resultantes, trimestralmente, no mínimo, após a instalação dos  
 1224 aparelhos indicados. O empreendedor deverá apresentar, em prazo que não  
 1225 deve ultrapassar 60 dias, plano de instalação e operação dessas estações, que  
 1226 devem funcionar durante a vida útil do empreendimento.” Conselheiro Gustavo  
 1227 Tostes Gazzinelli: “Presidente, nós podemos levantar algumas questões nas  
 1228 condicionantes? Eu não vou propor, porque eu votei contra, então, não vou  
 1229 legitimar uma coisa. Mas eu gostaria de levantar algumas dúvidas que eu  
 1230 gostaria que fossem esclarecidas na redação da condicionante.” Presidente  
 1231 Irany Maria de Lourdes Braga: “Neste caso, o Edson está endossando a  
 1232 condicionante. Então, pergunta para o Edson e deixe que ele responda.”  
 1233 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “A questão que eu queria colocar é o  
 1234 seguinte. Quais estações, elas são satisfatórias? Qual a modelagem dos  
 1235 cálculos hidrológicos? É satisfatória?” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “É  
 1236 algo que eu senti falta nesse processo.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli:  
 1237 “Nós vamos assinar um cheque em branco para qualquer estação, em qualquer  
 1238 lugar, nos pontos que a empresa acha que é prioritário, para a visão dela, com a  
 1239 modelagem de cálculo hidrológico que ela acha que deve ser aquele que vale?  
 1240 Nós vamos simplesmente aprovar sem avaliar o mérito da proposta? Porque o

1241 que o CBH fez – com todo respeito ao presidente do CBH –, ao propor essa  
1242 condicionante, foi falar assim: ‘Eu endosso a proposta de monitoramento da  
1243 empresa e a modelagem também eu endosso’. Sem saber se é adequado. Com  
1244 todo respeito: nós vamos dar um cheque em branco? Vamos endossar isso?”  
1245 Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Ele externou a opinião dele. O que  
1246 acontece é o seguinte. Eu vou colocar isso em votação, não é só a sua opinião,  
1247 mas a sua opinião e a opinião dos conselheiros que estão aqui.” Conselheiro  
1248 Gustavo Tostes Gazzinelli: “A votação é de todo mundo. As questões que eu  
1249 estou colocando, a Irany falou ‘você tem que falar essa questão para o Edson’.  
1250 Mas eu estou falando para vocês todos. Alguns de vocês são técnicos. E eu  
1251 pergunto a vocês. Com o profissionalismo que vocês têm, vocês endossariam  
1252 uma proposta só porque é a proposta da empresa, sem conhecer se ela  
1253 realmente capta os impactos que aquilo vai gerar naquela comunidade a jusante  
1254 ou montante? Vocês conhecem a modelagem deles, concordam com ela?”  
1255 Conselheiro Carlos Alberto de Freitas: “Eu gostaria de saber do empreendedor  
1256 se eles têm conhecimento dessas condicionantes do IBio e o que vocês já têm  
1257 implantado.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu queria ver o mapa,  
1258 com a bacia hidrográfica a jusante e a montante, para sabermos se está  
1259 razoável.” Felipe Werneck/Anglo American: “Nós já fazemos o regramento de  
1260 vazão de qualidade, tanto a jusante do Dique 2 quanto no ponto onde vai ser  
1261 construído o Dique 3, que é para onde a água dos drenos dos agrupamentos 2  
1262 e 3 vai ser drenada. Nós já fazemos esse monitoramento e já reportamos para a  
1263 Supram. Do Dique 2. Nós já fazemos de quantidade e qualidade. Está dentro do  
1264 programa de monitoramento de recursos hídricos. Nós já temos um pluviômetro,  
1265 uma rede de monitoramento pluviométrico instalada na região. Já existe um  
1266 pluviógrafo instalado dentro do empreendimento. Sinceramente, eu não vejo  
1267 necessidade de instalação de outros. Mas se formos obrigados...” Conselheiro  
1268 Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu acho que pluviômetro também não precisa.”  
1269 Conselheiro Carlos Alberto de Freitas: “Eu queria só registrar, porque eu fiz  
1270 essa pergunta. Colocar uma condicionante que está sendo solicitada e que já  
1271 tem? É isso que eu queria esclarecer.” Conselheiro Rander Abrão Tostes: “Eu  
1272 entendo a sua preocupação, mas quando se fala em fluviométrico, ele vai  
1273 colocar, independente de onde colocar, onde vai ser possível colocar o  
1274 fluviométrico.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Qualquer lugar é  
1275 possível.” Conselheiro Rander Abrão Tostes: “Então, não é problema, ele só  
1276 tem que colocar no local adequado.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “A  
1277 empresa trabalha com o conceito de impacto direto e quer ver aquilo ali. Por  
1278 exemplo, agora eles fizeram a medição, a avaliação da mortalidade de peixes lá  
1279 da região e descobriram que houve impacto a 6 km a jusante. Tinha estação  
1280 pluviométrica, medição de qualidade de água a 6 km a jusante, da mortalidade  
1281 de peixes, em um dos córregos, tributários da área da empresa? Então, eu  
1282 estou falando assim: não vamos assinar um cheque em branco, eu quero  
1283 conhecer melhor. Porque se for para aprovar o que já está instalado eu não

1284 concordo. Será que é adequado? Por isso que estamos batalhando tanto para  
1285 ter o GT de monitoramento.” Conselheiro Leonardo Guimarães Ribeiro: “O que o  
1286 Fonasc está sugerindo é que isso tenha uma validação técnica da localização, e  
1287 aprovada pelo órgão gestor.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “De  
1288 recursos hídricos.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “O grande problema de  
1289 sedimentos decorrentes da erosão. Processo de monitoramento é  
1290 extremamente importante. Eu pergunto. Esses dados são repassados ao  
1291 Comitê?” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Eles são repassados ao  
1292 órgão gestor.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eles são contra passar  
1293 para o Comitê.” Felipe Werneck/Anglo American: “Os dados são reportados  
1294 para a Supram, periodicamente. Esses dados são públicos, uma vez que podem  
1295 ser consultados no site do Siam, e também são publicados. Atendendo as  
1296 condicionantes 18 e 19 da etapa 2, eles são publicados, todos os meses, na  
1297 internet, no site da Anglo American, para consulta de qualquer pessoa.”  
1298 Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Talvez para a gente não delongar muito,  
1299 já poderia colocar em votação. Já que todo mundo acha que não precisa.”  
1300 Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Todo mundo, não, nós vamos  
1301 colocar isso em votação. Então, você quer fazer por condicionante.” Conselheiro  
1302 Edson de Oliveira Vieira: “Se a maioria achar que não é relevante essa primeira,  
1303 tudo bem.” Conselheiro Fernando Silva de Paula: “Só fazer um complemento  
1304 rápido. Eu estou com o parecer da CTOC aqui também, e ele fala: ‘Homologar  
1305 junto à rede da ANA a estação pluviométrica já existente. Então, isso nós  
1306 podemos fazer também.’” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Estão doidos  
1307 para homologar o já existente.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Como  
1308 já estão contempladas todas essas condicionantes no processo, não tem  
1309 porquê.” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Nós vamos colocar aqui em  
1310 votação condicionante por condicionante, porque o conselheiro pode solicitar a  
1311 inclusão de uma condicionante, sim, ou alteração de alguma. Nós analisamos  
1312 aqui o parecer técnico da Supram, não o da CTOC nem o do IBio. Então, nós  
1313 vamos validar essa condicionante ou não. Condicionante 1, lida pelo conselheiro  
1314 Edson. Quem for de acordo com a inclusão que se manifeste. Então, não vai ser  
1315 incluída a condicionante 1, porque teve somente três votos a favor da inclusão.  
1316 Abstenções: uma, duas, três. Mesmo assim o processo continua.” Conselheiro  
1317 Gustavo Tostes Gazzinelli: “São quatro abstenções porque, como eu não vou  
1318 votar, eu tenho que me abster.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Essa  
1319 segunda, de apresentar à CTOC do CBH Santo Antônio relatórios trimestrais de  
1320 monitoramento qualitativo e quantitativo, isso está sendo feito? ‘Apresentar à  
1321 CTOC do CBH Santo Antônio relatórios trimestrais de monitoramento qualitativo  
1322 e quantitativo do ponto RSS-03 (a jusante do Dique 2) e os relatórios trimestrais  
1323 de monitoramento qualitativo e quantitativo dos pontos VSS-19’.” Conselheiro  
1324 Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu acho que não tem que ser a CTOC, tem que ser  
1325 o CBH.” Felipe Benício Pedro, presidente do CBH Santo Antônio: “Com relação  
1326 a essas informações, o Comitê não tem recebido, e a CTOC, eu acredito que

1327 não tem recebido.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Mas isso é  
1328 condicionante, o senhor vai começar a receber. Então, quem for de acordo com  
1329 a inclusão da condicionante 2, substituindo CTOC por CBH Santo Antônio, que  
1330 permaneça como está. Quem for contra que se manifeste. Odorico é contra.  
1331 Abstenções: Giacomini e Gazzinelli. Então, passou a condicionante. E mais uma  
1332 abstenção: Fernando. Não passou a condicionante 1 e passou a condicionante  
1333 2. Só tira o nome CTOC. Ficou CBH. Condicionante 3.” Conselheiro Edson de  
1334 Oliveira Vieira: “A 3, aí, deixa eu perguntar para a Anglo American, novamente.  
1335 Essas análises já são feitas.” Felipe Werneck/Anglo American: “Positivo. E  
1336 também não temos nenhuma objeção. Todos esses relatórios são emitidos com  
1337 certificados dos laboratórios. Eu acho que uma condicionante acompanha a  
1338 outra.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Presidente, um esclarecimento  
1339 que o Felipe talvez possa fazer. O que seria similar ao Inmetro? Quais são as  
1340 instituições?” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Rede Mineira de  
1341 Meteorologia.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Quem controla, qual é a  
1342 instituição?” Felipe Werneck/Anglo American: “Está credenciada na SEMAD.”  
1343 Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “É uma Rede Mineira, é tão rigorosa  
1344 quanto, às vezes até mais rigorosa do que o Inmetro.” Conselheiro Gustavo  
1345 Tostes Gazzinelli: “Mas eu acho que tem que ser mencionado o nome. ‘O  
1346 equivalente’, vai me desculpar.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “É  
1347 oficial. O Inmetro é, e essa Rede Mineira.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira:  
1348 “Tira ‘equivalente’ e coloca ‘oficial’.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga:  
1349 “Coloca ‘ou outra oficial’. Ok? Em votação a inclusão da terceira condicionante  
1350 lida pelo conselheiro Edson. Quem for de acordo que permaneça como está.  
1351 Odorico é contra. Eu também sou contra, porque isso já faz parte. Quem for  
1352 abstenção. O Ibram também contra. Três abstenções: Giacomini, Fernando e  
1353 Gazzinelli. Então, foi aprovada essa condicionante 3. Na realidade, só vai ter o  
1354 efluente, quando tiver a estrutura instalada. Então, é após a Licença de  
1355 Operação da estrutura. Deixa expresso na ata que essas condicionantes são  
1356 após a Licença de Operação da empresa.” Conselheiro Edson de Oliveira  
1357 Vieira: “Apresentar ao CBH Santo Antônio relatórios de monitoramento com  
1358 registros fotográficos e ‘as built’ da construção dos drenos, conforme  
1359 cronograma estabelecido no item 6 (pág. 20 de 25) das informações  
1360 complementares encaminhadas à Supram, dando ênfase nas características do  
1361 material de constituição do dreno e configuração geométrica dos mesmos,  
1362 compatibilizada com o projeto executivo original, não apresentado neste  
1363 processo’.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Ok?” Conselheiro  
1364 Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu quero entender melhor. Está falando que os  
1365 relatórios de monitoramento devem dar ênfase às características do material de  
1366 constituição do dreno e configuração geométrica dos mesmos, compatibilizada  
1367 com o projeto executivo original, não apresentado neste processo’. É isso  
1368 mesmo? Relatório de monitoramento é isso?” Presidente Irany Maria de  
1369 Lourdes Braga: “Na realidade, é o famoso ‘as built’, fazer o relatório depois da

1370 construção, foi feito assim e assim.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “É  
1371 um relatório de acompanhamento.” Conselheiro Fernando Silva de Paula: “A  
1372 outorga não é exigida para esse licenciamento?” Presidente Irary Maria de  
1373 Lourdes Braga: “A outorga vai junto do processo de licenciamento.” Conselheiro  
1374 Fernando Silva de Paula: “As condicionantes que estão colocadas para a  
1375 outorga não podem estar...” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Elas vão  
1376 estar incluídas no processo.” Conselheiro Fernando Silva de Paula: “Elas só  
1377 valem depois da Licença de Operação? Então, não estariam participando do  
1378 processo de outorga.” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Ela vai estar  
1379 embutida lá dentro, durante a instalação.” Conselheiro Leonardo Guimarães  
1380 Ribeiro: “Eu acho que o conselheiro falou algo importante, porque lá nós  
1381 colocamos ‘após a Licença de Operação’, e, ali, ‘após a LI’. É durante a LI.”  
1382 Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Depois da LI.” Conselheiro Leonardo  
1383 Guimarães Ribeiro: “É apresentar depois.” Conselheiro Gustavo Tostes  
1384 Gazzinelli: “O acompanhamento não pode ser só depois, a não ser que seja  
1385 uma obra que dure uma semana, o que não é o caso.” Presidente Irary Maria  
1386 de Lourdes Braga: “Então, vai ficar assim: ‘Apresentar ao CBH Santo Antônio  
1387 relatórios de acompanhamento, com registros fotográficos e ‘as built’ da  
1388 construção dos drenos, conforme cronograma estabelecido no item 6 (pág. 20  
1389 de 25) das informações complementares encaminhadas à Supram, dando  
1390 ênfase nas características do material de constituição do dreno e configuração  
1391 geométrica dos mesmos, compatibilizada com o projeto executivo original, não  
1392 apresentado neste processo.’ Ok? O prazo é após a obra, antes da LO. Vamos  
1393 colocar em votação. Quem for de acordo que permaneça como está.  
1394 Abstenção: Gazzinelli. Contra: Carlos Alberto, Ana Paula, Odorico, Rayssa.  
1395 Então, ela passou por um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito. Fernando,  
1396 também, abstenção? Então, são sete votos favoráveis.” Conselheiro Gustavo  
1397 Tostes Gazzinelli: “Seis favoráveis.” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga:  
1398 “Um, dois, três, quatro, cinco, seis. Ok?” Felipe Werneck/Anglo American: “Eu  
1399 posso fazer só uma sugestão? Não tem como entregar o ‘as built’, ele só pode  
1400 ser entregue após a conclusão da obra.” Presidente Irary Maria de Lourdes  
1401 Braga: “Eu falei, eu coloquei ‘antes da LO’. A LO é porque já construiu, a LO é a  
1402 Licença de Operação.” Felipe Werneck/Anglo American: “Mas a pilha, não  
1403 necessariamente precisa se construir todos os drenos antes de ter a LO, eu  
1404 posso construir parte dos drenos e ir operando.” Presidente Irary Maria de  
1405 Lourdes Braga: “Então, fala ‘ao final da obra’.” Conselheiro Gustavo Tostes  
1406 Gazzinelli: “Presidente, me permita uma ponderação. O que é isso? Um  
1407 relatório de acompanhamento. Então, vai apresentar quando estiver terminado.”  
1408 Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Ao término da obra.” Conselheiro  
1409 Antônio Giacomini Ribeiro: “Relatório semestral de acompanhamento, ou anual  
1410 que seja. Tem que ter um período.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli:  
1411 “Semestral. Se o Comitê achar por bem mudar para anual, ele pode mudar.”  
1412 Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Então, vamos colocar o prazo de

1413 seis meses. A cada seis meses, durante a execução da obra. Vamos à  
1414 condicionante 5.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Aqui, no caso, tem a  
1415 questão do dique. Ainda tem um processo, que não sei se vai passar por aqui.  
1416 ‘Efetuar o monitoramento sedimentométrico a jusante do Dique 3’. Não dá para  
1417 fazer esse monitoramento antes do dique?” Felipe Werneck/Anglo American:  
1418 “Nós chamamos de background, usado para comparar com o monitoramento  
1419 após o início da operação. Eu só acho que essa condicionante está duplicada  
1420 com o que já foi aprovado na condicionante que é ‘realizar o monitoramento  
1421 quantitativo e qualitativo’.” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “A primeira  
1422 saiu.” Felipe Werneck/Anglo American: “A primeira aprovada.” Presidente Irary  
1423 Maria de Lourdes Braga: “A primeira aprovada. Ok.” Felipe Werneck/Anglo  
1424 American: “Eu acho que vai ficar duplicada, porque já fazemos o monitoramento  
1425 sedimentológico quando fazemos o monitoramento de qualidade e quantidade.”  
1426 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Mas não necessariamente. Se está  
1427 aprovado na outra, tem que botar a expressão ‘sedimentométrica’ lá. Mesmo  
1428 porque mineradora acha que não polui rio, mineração de ferro acha que não  
1429 polui rio.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Seria interessante ou não o  
1430 monitoramento piezométrico? Na medida em que a pilha vai subindo.”  
1431 Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Mas isso já faz, isso já é, isso tem  
1432 que ter. Porque, nesse caso, o monitoramento que existe não é para a água, ele  
1433 existe para monitorar a estrutura da pilha.” Conselheiro Antônio Giacomini  
1434 Ribeiro: “Avaliar as condições de saturação.” Presidente Irary Maria de Lourdes  
1435 Braga: “Sim. Exatamente. Por causa da estrutura, não ligado a isso aqui. Esse  
1436 caso é de outra seara.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Eu pergunto ao  
1437 empreendedor. Já está no projeto uma distribuição de piezômetros  
1438 progressiva?” Felipe Werneck/Anglo American: “Está no projeto dos diques, já  
1439 tem no projeto da pilha também.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Eu  
1440 preferia que se mantivesse assim, colocando de ‘jusante para montante’.”  
1441 Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “A montante não justifica. Me corrijam  
1442 se eu estiver errada. A pilha está aqui, o dique vai ficar logo na frente, então, o  
1443 que ele está recebendo é o sedimento que vem dessa pilha. Então, não existe  
1444 montante, o montante seu é a pilha. Não tem montante. Tem jusante.”  
1445 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Presidente, uma observação. Tem dois  
1446 grupamentos de drenos. Um vai para o Dique 3 e outro vai para o Dique 1.”  
1447 Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Na realidade, é porque os outros já  
1448 existem. Eu estou entendendo isso.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “E  
1449 são satisfatórios, na sua opinião, presidente, você assina embaixo?” Presidente  
1450 Irary Maria de Lourdes Braga: “Se você for pedir, vai ser redundante. É isso que  
1451 eu estou dizendo.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “A drenagem está  
1452 encaminhando para dois diques. Um que vai ser feito e um que já existe.”  
1453 Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “É isso. O que já existe já tem o  
1454 monitoramento, e nós estamos falando que o empreendedor está dizendo que  
1455 existe.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Que existe, eu sei.” Iara Righi

1456 Amaral Furtado/SEMAD: “Qual a dúvida do ‘satisfatório’? É a quantidade de  
1457 monitoramento de jusante ou a qualidade? Conselheiro Gustavo Tostes  
1458 Gazzinelli: “É a distribuição das estações de monitoramento.” Presidente Irazy  
1459 Maria de Lourdes Braga: “A condicionante está se referindo ao Dique 3. E, aí, o  
1460 conselheiro está falando: ‘Por que isso não vai para o outro dique?’ Só que o  
1461 outro dique já é monitorado. Então, seria uma redundância.” Iara Righi Amaral  
1462 Furtado/SEMAD: “Relativo à rede de monitoramento, tem no parecer. Eu  
1463 conheço alguns pontos.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “O parecer,  
1464 primeiro, pelo menos o mapa disponibilizado é daqueles mapas com a definição  
1465 péssima. A única coisa que eu sei é que tem uns pontos de monitoramento  
1466 coladinhos no núcleo da área diretamente afetada. Não existe pontos de  
1467 monitoramentos maiores, mais bem distribuídos, a jusante do empreendimento.  
1468 Então, eu acho que está se partindo do princípio de que os impactos vão ser só  
1469 localizados.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Tem pontos afastados do  
1470 dique. Se tiverem alguns pontos a mais que possam ser requeridos...”  
1471 Conselheiro Fernando Silva de Paula: “Eu queria só fazer uma observação em  
1472 relação a colocar a jusante do Dique 3, mas a montante do ponto de captação  
1473 de água que já existe, a fio d’água, para a comunidade.” Felipe Werneck/Anglo  
1474 American: “Só esclarecer. A fio d’água não acontece nesse córrego, é no outro  
1475 córrego, que está mais ao sul e não está sendo impactado pelo  
1476 empreendimento. Desse por gravidade. Esse é um ponto mais próximo do poço  
1477 onde a Anglo American fornece água. Como a Iara falou, só para  
1478 complementar, não tem nenhuma captação outorgada ali.” Conselheiro  
1479 Fernando Silva de Paula: “Eu me refiro a essa que está outorgada.” Felipe  
1480 Werneck/Anglo American: “Essa é do posto não outorgado, que abastece a  
1481 comunidade do Sapo. Está em outra bacia.” Conselheiro Fernando Silva de  
1482 Paula: “A que eu estou me referindo não tem outorga. A captação citada no  
1483 Plano Municipal de Saneamento de Conceição do Mato Dentro, para  
1484 abastecimento da comunidade de São Sebastião do Bom Sucesso, foi dito que  
1485 não tem outorga.” Felipe Werneck/Anglo American: “Ela tem outorga. Essa  
1486 captação ocorre em outro córrego, que não é esse córrego. É um outro córrego,  
1487 que está mais ao sul. Eu não sei exatamente o nome dele.” Presidente Irazy  
1488 Maria de Lourdes Braga: “Vamos votar a condicionante 5. ‘Efetuar o  
1489 monitoramento...’ Já leu, não é? Nenhuma alteração. Só colocar ‘CBH Santo  
1490 Antônio’. Tira ‘CTOC’ e coloca ‘CBH Santo Antônio’ na condicionante 5. Quem  
1491 for de acordo com a condicionante 5 que permaneça como está.” Iara Righi  
1492 Amaral Furtado/SEMAD: “Eu posso fazer uma consideração? A área de  
1493 preservação permanente não pode ser incluída no processo de outorga.  
1494 Intervenção em área de preservação permanente, avaliação de APP. É a 6.”  
1495 Presidente Irazy Maria de Lourdes Braga: “Nós estamos falando da 5. Quem for  
1496 a favor da condicionante 5 que permaneça como está. Quem é contra? Ana  
1497 Paula, Faemg, e Odorico, Fiemg. Abstenções. Eu também estou contra porque  
1498 está redundante. Abstenções: Fernando; Fonasc; e Giacomini, Angá.

1499 Condicionante 6, professor?” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Apresentar  
1500 ao CBH Santo Antônio programa e/ou plano de recuperação/proteção de áreas  
1501 de vegetação, que possam atender às necessidades legais.’ Pelo que eu  
1502 entendi, é apresentar ao CBH o que vai ser feito em termos de recuperação,  
1503 não submeter ao CBH nenhuma deliberação com relação a isso. É apresentar.  
1504 É isso que eu entendi.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “A Portaria 49  
1505 estabelece que as outorgas têm que ter condicionantes só no caso da  
1506 quantidade e qualidade da água. Então, outros assuntos devem ser tratados no  
1507 âmbito do licenciamento. Ok, Edson? Ok, Giacomini? Com isso, você retira,  
1508 Edson?” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Considerando os diferentes  
1509 entendimentos a respeito dos pontos de monitoramento, se seriam suficientes,  
1510 se estão bem distribuídos ou não, eu posso fazer proposta de uma outra  
1511 condicionante? Que o empreendedor contrate uma empresa especializada para  
1512 fazer uma avaliação da atual rede de monitoramento e também incluindo nesses  
1513 possíveis pontos colocados nessa condicionante, para ver se é suficiente ou  
1514 não, para que tenhamos a real situação.” Presidente Irary Maria de Lourdes  
1515 Braga: “Conselheiro, eu vou colocar em votação, mas gostaria só de te lembrar  
1516 o seguinte. Neste caso, nós temos a equipe técnica que avalia. E isso eu te falo  
1517 como uma ex-trabalhadora de empreendimento, durante 35 anos. Na realidade,  
1518 quando se faz a proposta do monitoramento, essa proposta é feita, no âmbito  
1519 do licenciamento, por uma empresa contratada. Normalmente, vem uma  
1520 empresa, e ela faz a sugestão. A avaliação daquilo ali é feita exaustivamente, e  
1521 eu posso te garantir que, nesse caso, criteriosamente, pelo Estado, pelo órgão  
1522 licenciador. Meu Deus, como são criteriosos. No meu ponto de vista, até muito  
1523 conservadores. Então, eu vou colocar em votação, sim, em respeito ao  
1524 conselheiro, mas eu quero dizer que isso é exaustivamente. O parecer é do  
1525 próprio técnico.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Eu só vou colocar o mapa  
1526 de monitoramento, pois talvez ajude. Esses verdinhos são os monitoramentos  
1527 de qualidade da água.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Quais são os  
1528 sedimentométricos? Todos eles?” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Sim. Pelo  
1529 que eles colocaram no relatório, todos os pontos de qualidade têm a mesma  
1530 série.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Esse é o rio do Peixe?” Felipe  
1531 Werneck/Anglo American: “O rio do Peixe não aparece nessa escala. Em cada  
1532 ponto verde desse, nós fazemos controle de qualidade e de quantidade de  
1533 água.” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Em quantos parâmetros de  
1534 qualidade?” Felipe Werneck/Anglo American: “Eu não sei de cabeça, mas são  
1535 vários pontos.” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Com certeza, mais de  
1536 dez.” Felipe Werneck/Anglo American: “Mais de dez.” Conselheiro Gustavo  
1537 Tostes Gazzinelli: “Olhando assim, eu não sei avaliar.” Iara Righi Amaral  
1538 Furtado/SEMAD: “Tem o córrego Vargem Grande, ele vem descendo. Tem  
1539 esses pontos de monitoramento a jusante, tem a confluência com o Passa  
1540 Sete.” Felipe Werneck/Anglo American: “Se não me engano, essas linhas em  
1541 laranja mostram a microbacia.” Iara Righi Amaral Furtado/SEMAD: “É outra

1542 vertente. A drenagem dessa pilha está para cá. Tem o topo de morro.” Felipe  
1543 Werneck/Anglo American: “Todos os córregos que saem do empreendimento  
1544 são monitorados.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Eu acho que isso  
1545 foi para a sugestão do nosso conselheiro, de inclusão de uma condicionante  
1546 que seria uma empresa terceirizada para avaliar o programa de monitoramento  
1547 da Anglo American. Não é isso, Giacomini?” Felipe Benício Pedro, presidente  
1548 do CBH Santo Antônio: “A minha fala é a seguinte. É a primeira vez que eu  
1549 venho a este Conselho, desta Câmara, então, eu não sei como são os  
1550 procedimentos aqui. No dia 16, na reunião do Conselho, eu deveria estar, mas  
1551 tive um problema de consulta médica. Eu deveria ter vindo à reunião, porque  
1552 fiquei sabendo depois de nada agradável. Por que essa outorga está aqui?  
1553 Questionaram muito a posição do CBH. Os Comitês têm 60 dias corridos para  
1554 analisar uma outorga. Essa outorga chegou ao Comitê do Santo Antônio no dia  
1555 9 de julho. Teria 60 dias corridos para ser analisada.” Presidente Irany Maria de  
1556 Lourdes Braga: “Não querendo te interromper, mas já te interrompendo, só por  
1557 uma questão de ordem. Eu vou deixar o senhor falar, é importantíssimo, mas eu  
1558 preciso terminar um processo, que nós estávamos no meio dele. Assim que  
1559 terminarmos, a palavra é do senhor. Eu estou colocando em votação a inclusão.  
1560 Quem for de acordo com a inclusão da condicionante proposta pelo conselheiro  
1561 Giacomini de contratação de uma empresa terceirizada para avaliação do plano  
1562 de monitoramento da Anglo American, monitoramento de qualidade e  
1563 quantidade da água, que se manifeste. Então, a proposta não foi aceita. Quem  
1564 se abstém? Abstenção Gustavo Gazzinelli. A proposta não foi aceita.” Felipe  
1565 Benício Pedro, presidente do CBH Santo Antônio: “Então, continuando, chegou  
1566 no dia 5/7 ao Comitê. Nós teríamos 60 dias corridos para fazer isso. Nós  
1567 pedimos ajuda da agência delegatária, o IBio, para fazer o parecer. O IBio fez o  
1568 parecer e nos entregou dentro do prazo possível. Foi para a CTOC e o Comitê  
1569 nos dias 17 e 18. O parecer da CTOC no processo de outorga foi favorável. A  
1570 convocatória para a reunião ordinária para o julgamento dos pareceres da  
1571 CTOC e da Supram foi no dia 31/8, também dentro do prazo. Essa reunião do  
1572 dia 31/8 foi uma reunião muito discutida, muito falada, começou mais ou menos  
1573 às 14h e terminou às 18h. Foram analisados os processos de outorga. E o  
1574 Fonasc e a Fiemg pediram vista ao processo. Dentro do Comitê do Santo  
1575 Antônio, todo pedido de vista tem 15 dias úteis para ser concluído. A  
1576 apresentação desse parecer do Fonasc e da Fiemg aconteceria no dia 22 de  
1577 setembro. Por isso, nós marcamos uma reunião para o dia 25 de setembro. E  
1578 no dia 22 de setembro o coordenador do Fonasc, Sr. João Clímaco, foi até ao  
1579 Comitê, em Itabira, pediu para adiar a reunião porque não tinha hábil de  
1580 apresentar os pareceres. Nós adiamos a reunião para o dia 5 de setembro e  
1581 pedimos à Supram uma dilação de prazo. E nos foi confirmado que, dentro da  
1582 Supram e do IGAM, não tem a prerrogativa de dilação de prazo. Terminou o  
1583 prazo, tinha que ser devolvido ao Estado. Foi o que nós fizemos, para o Estado  
1584 deliberar sobre a outorga. Então, em momento algum, o Comitê deixou de

1585 querer analisar essa outorga. Os conselheiros do Comitê, depois, cobraram por  
1586 que não fizemos isso. Tudo é prazo. Eu tenho o prazo de 60 dias. Não deu,  
1587 paciência. Aí, vai para quem puder fazer essa análise. Então, eu vim aqui hoje  
1588 só para falar que o Comitê, em momento algum, faltou com o desejo, com a  
1589 vontade de deliberar sobre essas outorgas. Não houve culpa do Comitê nesse  
1590 processo, embora alguns conselheiros acham que houve uma falha do Comitê  
1591 de não ter analisado. Nós só cumprimos o prazo. Eu vim aqui para poder  
1592 esclarecer a situação do Comitê e deste presidente, que está quase saindo.”  
1593 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu queria deixar claro, porque o  
1594 representante da CTOC esteve na reunião passada e falou umas inverdades.  
1595 Eu gostaria de corrigi-las. Primeiro, ele disse que nós entregamos o relatório  
1596 fora do prazo. Isso não é verdade. Nós encaminhamos o relatório no dia 22.  
1597 Salvo melhor juízo, o João Clímaco te procurou na véspera ou na antevéspera  
1598 do dia 22, e não no dia 22, como você disse. Inclusive, nós também  
1599 encaminhamos um e-mail solicitando esse adiamento e o cumprimento do  
1600 Regimento. O que diz o Regimento? É o mesmo que diz o Regimento do CERH,  
1601 que eu li para esta reunião. Diz que a convocação da reunião tem que ser com  
1602 prazo de tantos dias úteis antes da reunião extraordinária ou ordinária e deve  
1603 ser acompanhada dos documentos para análise do caso. No caso dessa  
1604 reunião, na segunda-feira, ela foi chamada para um prazo que era incompatível  
1605 com o prazo de entrega do pedido de vista, e não foi acompanhada, inclusive,  
1606 dos documentos. E não daria tempo razoável para as pessoas lerem os  
1607 pareceres de vista. Então, nós solicitamos isso. Em nenhum momento – eu  
1608 quero deixar claro aqui – nós questionamos essa questão do Comitê. O que nós  
1609 achamos um absurdo foi a forma como o Estado interveio. Para mim, isso foi  
1610 uma intervenção mesmo do Estado. A Anglo fala que não acha, porque ela ‘está  
1611 assim’ com o Estado. Foi uma intervenção do Estado no Comitê, na gestão do  
1612 Comitê. Nós não concordamos. E deu esse abacaxi todo. Eu tenho certeza de  
1613 que o Estado vai pensar duas vezes da próxima vez que for fazer algum tipo  
1614 interferência dessa forma.” Felipe Benício Pedro, presidente do CBH Santo  
1615 Antônio: “É por isso que eu estou aqui defendendo o Comitê, porque ele não se  
1616 furtou ao desejo de deliberar sobre a outorga. Só que tem prazos, o Estado  
1617 coloca os prazos para devolver para eles o processo. E nós devolvemos.”  
1618 Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Nós temos que colocar o seguinte. O  
1619 prazo foi feito para ser cumprido. Se fosse atender o que o Gazzinelli comentou  
1620 aqui – eu até concordo com a manifestação dele –, depois vem o Ministério  
1621 Público. ‘Olha, você não cumpriu o prazo, estendeu o prazo, então, essa  
1622 decisão não vale.’” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Tem o item 6, que  
1623 foi apresentado pela lara que não era uma matéria pertinente. Eu queria  
1624 questionar isso, pelo seguinte. A primeira proposta que foi aprovada no Comitê  
1625 era para preservar oito nascentes. Você está falando que não tem a ver com  
1626 outorga porque não se outorga área de preservação. Isso não é questão de  
1627 outorga, é uma condicionante. Eu pergunto. Se for naquela bacia hidrográfica,

1628 aquelas nascentes não ajudam a preservar pelo menos um pouco da qualidade  
 1629 da água, isso não tem a ver com outorga?” Presidente Irany Maria de Lourdes  
 1630 Braga: “Nós não vamos passar em cima com um posicionamento do próprio  
 1631 Estado dizendo que é uma matéria que não é pertinente.” Conselheiro Gustavo  
 1632 Tostes Gazzinelli: “Mas o Estado nem sempre está correto, presidente.”  
 1633 Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “E tem mais, Gazzinelli, aqui nós  
 1634 escutamos todas as condicionantes, ponderamos todas elas, mas tomamos  
 1635 sempre muito cuidado para nos mantermos na nossa seara. Eu respeito a sua  
 1636 opinião, o seu posicionamento.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Você  
 1637 já endossou a posição da lara, porque você e o Estado são tudo a mesma  
 1638 coisa. Não é isso? Eu pensei que você representasse o setor produtivo.” Iara  
 1639 Righi Amaral Furtado/SEMAD: “Gazzinelli, só para esclarecer, tem vários atos  
 1640 autorizativos. Para não ficar redundando as determinações, é por isso que  
 1641 existe esse tipo de definição. Tem a parte da intervenção ambiental, a parte do  
 1642 licenciamento, e a parte da outorga. Para esses dois não se sobreporem e não  
 1643 ficarem redundando é que tem esse tipo de posicionamento.” Conselheiro  
 1644 Gustavo Tostes Gazzinelli: “E isso é a Portaria 49, do IGAM.” Iara Righi Amaral  
 1645 Furtado/SEMAD: “São os procedimentos gerais de outorga do Estado.” Letícia  
 1646 Ribeiro Pacheco Lages/IGAM: “E o artigo 9º define as condicionantes, qual é o  
 1647 conteúdo delas.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Muito obrigada.”

**3.2) Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A. Canalização e/ou**  
 1649 **retificação de curso de água. Conceição do Mato Dentro/MG. Processo de**  
 1650 **Outorga nº 003963/2017. Apresentação: Suppri.** Outorgas concedidas por  
 1651 maioria nos termos dos pareceres técnico e jurídico da Superintendência de  
 1652 Projetos Prioritários (Suppri), com as condicionantes aprovadas no item 3.1  
 1653 9desta ata e a mesma votação em bloco. **3.3) Anglo American Minério de**  
 1654 **Ferro Brasil S/A. Canalização e/ou retificação de curso de água. Conceição**  
 1655 **do Mato Dentro/MG. Processo de Outorga nº 003964/2017. Apresentação:**  
 1656 **Suppri.** Outorgas concedidas por maioria nos termos dos pareceres técnico e  
 1657 jurídico da Superintendência de Projetos Prioritários (Suppri), com as  
 1658 condicionantes aprovadas no item 3.1 desta ata e a mesma votação em bloco.

**4) ASSUNTOS GERAIS. GT de monitoramento.** Conselheiro Gustavo Tostes  
 1660 Gazzinelli: “Nós estamos aguardando a convocação da reunião do Grupo de  
 1661 Trabalho conjunto CTIL/CTIG para tratar do monitoramento. E foi solicitado que  
 1662 as entidades encaminhassem os nomes para participar do GT. Foram  
 1663 encaminhados, e o prazo venceu. Então eu gostaria de manifestar a minha  
 1664 insatisfação de até agora o IGAM não ter tomado essa atitude.” A Secretaria  
 1665 Executiva informou que faltam a elaboração e a publicação da deliberação de  
 1666 criação do Grupo de Trabalho e que algumas demandas estão atrasadas em  
 1667 razão da transição na diretoria do IGAM. Informou ainda que vai ser solicitada  
 1668 prioridade ao IGAM e que será dado retorno ao conselheiro. **5)**  
 1669 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a

1670 presidente Irany Maria de Lourdes Braga declarou encerrada a sessão, da qual  
1671 foi lavrada esta ata.

1672

1673

1674

1675

1676

1677

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Irany Maria de Lourdes Braga**  
**Presidente da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão**